



Cláudia Filipa de Almeida Capitão

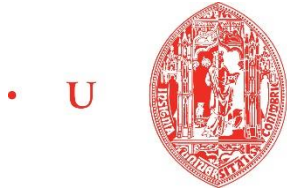
O PROGRAMA REDE SOCIAL: DAS REPRESENTAÇÕES ÀS PRÁTICAS

Relatório de estágio do Mestrado em Sociologia, sob orientação da
Professora Doutora Paula Abreu, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Setembro de 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



• U • C •

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Cláudia Filipa de Almeida Capitão

O Programa Rede Social: Das representações às práticas

Relatório de estágio do Mestrado em Sociologia, apresentado à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Professora Doutora Paula Abreu

Coimbra, 2014

Créditos imagem:

Nome: "Floripa, Bairro Campeche"

Autor: Laércio Duarte

Disponível em:

<http://criciومانews.com.br/wp-content/uploads/2014/05/Floripa-bairro-Campeche.jpg>

À Professora Doutora Paula Abreu,

À Dr.^a Alzira Maciel,

Obrigada por toda a confiança e apoio.

A todos/as que contribuíram para que fosse possível.

Resumo

O presente relatório procura compreender, em primeiro plano, o que são redes sociais no mundo organizacional do Terceiro Setor. Aplicando a conceptualização daquilo que representam as redes sociais, é apresentado o Programa Rede Social. Este programa desafia vários tipos de organismos a ingressar numa lógica de rede de partilha de trabalho e missão: o desenvolvimento social local. Por outro lado, apresenta-se o diagnóstico social enquanto instrumento de planeamento perspectivado pelo Programa Rede Social. Este programa tem como principal finalidade apresentar uma visão explicativa da realidade social que existe em localmente.

Como exemplo é apresentada a formalizada Rede Social de Esposende, relevando aspetos como: a sua constituição; caracterização atual; documentos elaborados; papel da autarquia; pontos fracos e fortes. Apresenta-se de seguida, o diagnóstico elaborado em contexto deste estágio curricular, alcançando as suas fases de construção, metodologias, principais características e os pontos fracos e fortes.

A finalidade deste relatório passa por uma análise crítica ao Programa Rede Social e à sua real aplicabilidade a nível local, exemplificando com o caso da construção de um instrumento de planeamento perspectivado pelo programa: o diagnóstico social.

Palavras-chave:

Rede Social; Programa Rede Social; Diagnóstico Social; Parcerias; Terceiro Sector

Abstract

The present report aims to understand, on the one hand, what is and how it is conceptualized the notion of social network in the third sector case. Applying the concept to a specific case, a national program, and implemented locally, the “social network program”. This program seeks to challenge different types of organisms, issuing in a network logic. This logic is based on the idea of sharing of specific objective and work issues, in the social development area.

On the other hand, it is presented in this report, the notion of social diagnosis, while a planning instrument to measure the social network concept. The accomplishment of this program is to present an elucidative and explanatory vision of the local social reality. The operationalization of this report is to pursue a study case of the local program of Esposende, focusing on the aspects of its constitution, characterization, documents, the role of the local municipal and its weakest and strongest aspects.

The main objective of this report is to achieve a critical analysis to the social network program and its local applicability and viability, exemplifying with the case of the construction as an instrument of planning, envisaged by the program in its social diagnosis.

Keywords:

Social Network; Social Network Program; Social Diagnosis; Partnerships; Third Sector

Índice

Introdução.....	1
I. Redes Sociais	3
II. O Programa Rede Social.....	11
2.1. Constituição e Fundamentos	11
2.2. Materialização do Programa.....	13
2.3. Estratégias e Metodologias de trabalho	14
2.4. Diagnóstico Social.....	16
2.5. Perspetiva crítica ao Programa	24
III. Câmara Municipal de Esposende	27
3.1. A Instituição	27
3.2. Enquadramento do Estágio	29
IV. A Rede Social de Esposende	31
4.1. Constituição	31
4.2. Caracterização atual.....	33
4.3. Papel da Autarquia	36
4.4. Documentos elaborados.....	37
4.5. Pontos fracos e fortes	38
V. Diagnóstico Social de Esposende	41
5.1. Construção.....	41
5.2. Importância atribuída.....	48
5.3. Pontos fracos e fortes.....	49
VI. A Rede Social e o Diagnóstico Social: teorias e experiências.....	53
Considerações Finais	61
Referências Bibliográficas	65

Introdução

Ao longo das próximas páginas será apresentado um relatório de estágio concretizado no âmbito do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Este relatório expõe uma análise crítica e uma posição de interrogação perante o Programa Rede Social e aquilo que efetivamente tem sido concretizado a nível local no seguimento das suas diretivas, resultando das informações existentes no que respeita a redes sociais no campo organizacional de âmbito social, a partir da análise de um exemplo concreto: a Rede Social de Esposende.

Inicialmente é feita uma apresentação teórica do que tem sido dito quanto à conceitualização do que são as redes sociais e quanto à sua persistência no Terceiro Setor. As redes sociais podem assumir relevância em vários campos, como no território, mercado, sociedade civil, entre muitos outros. Apesar de o conceito rede social estar associado, para a maioria das pessoas, à comunicação na internet, aqui tratar-se-á das redes sociais enquanto campo de relações de sociabilidade e acesso a recursos no mundo organizacional da sociedade civil. A lógica de Rede Social aplicada à sociedade civil determina também oportunidades e constrangimentos, de acordo com o posicionamento de cada elemento. Porém, cada relação constituída em contexto de rede proporciona o aumento do capital social que cada membro pode alcançar. Demarcada por um “potencial emancipatório”, segundo Sílvia Portugal (2012), esta conceção merece cada vez mais atenção no campo do Terceiro Setor, onde, em torno de uma discussão pertinente, todos podem sair beneficiados a partir do momento que entram numa lógica de parceria e missão comum.

O Programa Rede Social é um programa que objetiva a congregação de parcerias locais entre autarquias e entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar, com vista à criação de um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre. Este Programa será apresentado e relacionado com a conceitualização de redes sociais, alcançando uma análise crítica às suas características enquanto rede horizontal e unificadora e quanto à sua aplicabilidade nas redes locais concelhias.

Neste relatório, o caso que representará de exemplo concreto será o da Rede Social do concelho de Esposende. A Câmara Municipal de Esposende, que acolheu o estágio curricular, aderiu ao Programa Rede Social no ano de 2002, de acordo com as indicações regulamentadoras e obrigatórias do programa. Foi definido que, em contexto deste estágio, participaria na construção de um Diagnóstico Social, tal como exigem as medidas de planeamento de desenvolvimento social assinaladas nas regulamentações.

Assim, sendo apresentada a pertinência dos diagnósticos enquanto instrumento de planeamento e a sua constituição enquanto etapa obrigatória do referido programa, é discutida a sua funcionalidade na Rede Social de Esposende, desde a construção até ao aproveitamento e valorização. Descrevendo as fases de construção e o produto final do diagnóstico produzido no estágio, são contrapostos os métodos aplicados neste caso e aqueles que deveriam ter sido alcançados para a elaboração de um bom diagnóstico.

Identificando os pontos mais negativos, mas também aqueles que se podem identificar enquanto potencialidades, é apresentada uma crítica ao trabalho e à organização da Rede Social enquanto “produtora” deste documento.

Como será possível constatar ao longo deste relatório, várias são as lacunas identificadas e os desafios propostos ao Programa Rede Social e à Rede Social de Esposende enquanto caso prático.

I. Redes Sociais

Em contexto organizacional, as rede são um “conjunto de nós interconectados... capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação como, por exemplo, valores ou objetivos de desempenho.

Castells (1999:566)

O Terceiro Setor precisa se articular para seu próprio fortalecimento, e uma das alternativas propostas e citadas nesse artigo é o processo de Rede Social.

Cunha (2007:14)

Foi a partir de 1980 que as pesquisas sobre as redes sociais e a busca de modelos organizacionais que respondessem às mutações sociais ganhou ênfase. Deste modo, começaram a ser privilegiadas as análises sobre as relações entre os atores, partindo do pressuposto que os relacionamentos são parte da natureza humana e ainda, elementos que definem a identidades dos atores sociais (Pinto, Junqueira, 2009). Segundo Sílvia Portugal (2007), nas últimas décadas o conceito de rede social consistiu-se num domínio específico do conhecimento e institucionalizou-se progressivamente.

As redes sociais caracterizam-se por se constituírem como sistemas capazes de ligar e organizar pessoas e instituições de um modo igualitário e ainda democrático. Esta concretiza-se com alguns fins estipulados, como por exemplo, construir compromisso em torno de interesses comuns e fortalecer os atores sociais na defesa das suas causas, na promoção de comunidades e na implementação de projetos (Cunha *apud* SENAC SP, 2007). Este argumento sustenta a definição do Programa Rede Social, criado pela Resolução do Conselho de Ministros N.º 197/199 no território português. Tal como será posteriormente descrito, o Programa afirma-se como parte de uma nova geração de políticas sociais ativas e pretende alcançar o desenvolvimento social local através da constituição de redes locais/concelhias.

Segundo Eduardo Cunha (2007) o conceito de rede social tem vindo a transformar-se numa alternativa prática de organização. Esta alternativa é descrita como um conjunto de processos adequados à flexibilidade, conectividade e descentralização das esferas contemporâneas de atuação e na articulação social. Para o mesmo autor, as redes sociais oferecem uma alternativa de organização, que tende a tornar-se em instrumentos de

transformação social, possibilitando a execução de projetos e ações conjuntas (Cunha, 2007).

Sílvia Portugal (2006;2007) afirma que hoje ouvimos falar de redes nos mais diversos contextos, como por exemplo: no território, nas empresas, no Estado, na prestação de serviços... entre outros. No contexto português, e em representação do Programa Rede Social exposto no seguinte capítulo, as redes sociais locais surgiram para completarem a ação do Estado-Providência que tem vindo a ser “insuficiente, longínquo e ineficaz”, tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento social através do desenvolvimento local (Amaro, 2013: 1). O papel das Redes Sociais tem vindo a ganhar cada vez mais relevância a nível local, principalmente em contexto de crise, ocupando um lugar de resistência à decadência do Estado Social (Amaro, 2013).

Terceiro Sector e Redes são atualmente realidades inerentemente relacionadas pois cada vez mais este setor é perspetivado enquanto uma rede de interligações. Quando as organizações sem fins lucrativos se encontram numa rede social, os profissionais envolvidos percebem que a participação e colaboração podem ser um meio eficaz para a realização de transformações sociais. As redes sociais permitem que no Terceiro Sector existam ações conjuntas nomeadamente a implementação de projetos comuns (Cunha, 2007).

Andres Falconer (1999) relaciona o Terceiro Sector com as Redes Sociais uma vez que as organizações não podem mais atuar de um modo isolado se pretenderem abordar os complexos problemas sociais para os quais são geralmente criadas. Segundo o autor existe um paradigma no século XX de acordo com o qual os problemas são melhor enfrentados por organizações formais, no entanto, aos poucos, está a ser substituído por um modelo onde a necessidade de articulação em rede é focalizada. Em vez de valorizar o espaço organizacional, o novo modelo permite que se olhe para as relações entre indivíduos, grupos, organizações, setores como a direção a seguir. Assim sendo, a rede social ocupa um papel fundamental no Terceiro Sector pois, agregando as organizações, consegue preencher um cenário onde existem espaços únicos de debate e projetos, bases de contactos, partilhas de aspetos como a legislação, captação de recursos, entre outros (Cunha, 2007).

Do terceiro sector fazem parte, de um modo genérico, “aquelas organizações que, não sendo do Estado, produzem bens e serviços de interesse geral e que, sendo privadas, não têm como objetivo principal a apropriação individual do lucro” (Ferreira, 2000:1). Neste contexto, os autores Cristiano Heckert e Márcia Silva (2008) confirmam que organizações do Terceiro Sector, com os mais variados objetivos, têm procurado articular-se em rede, fóruns, e outros espaços de interação. Porém, quais são os objetivos da articulação em redes no Terceiro Sector? Dalberto Adulis (2002) refere diversos benefícios, sendo os principais: o fortalecimento e ampliação da capacidade de ação; a realização de projetos e ações conjuntas; a partilha de recursos; a troca de conhecimentos e aprendizagens. Estes benefícios são explicativos e pertinentes uma vez que a articulação entre as entidades acaba por fortalecer as próprias organizações do sector. Ou seja, às organizações do Terceiro Sector é possibilitado ingressar numa rede reconhecida em âmbito local, nacional ou até mesmo internacional, conferindo às instituições maior credibilidade perante os seus stakeholders, voluntários, financiadores, Estado, etc. As organizações do Terceiro Sector defendem geralmente uma causa ou uma missão social pelo que, para estas, a articulação em rede torna-se numa forma importante de difundir a sua causa ou missão, gerando ainda massa crítica (Heckert e Silva, 2008). Esta é a imagem do Programa Rede Social pois transmite um dos seus principais fundamentos. A Rede Social surgiu com o objetivo de estimular “novas políticas sociais”, perspetivando o desenvolvimento social local através do nascimento de uma rede.

Por políticas sociais entendem-se “as ações prosseguidas com vista à realização do bem-estar social” (Leal, 1985). Assim, em Portugal as políticas sociais concebidas estão relacionadas com políticas educacionais, culturais, e outras, encaradas como ações com vista a realizar ou satisfazer os direitos dos trabalhadores, os direitos sociais e o direito à educação. Embora as políticas sociais sejam essencialmente ações públicas, a maneira mais correta de encará-las não é como exclusivas atividades estatais. As políticas sociais são definidas pelo poder político mas é necessário reconhecer que a execução das mesmas não cabe direta e exclusivamente ao Estado (Leal, 1985). As instituições da “sociedade civil” são realçadas por Isabel Guerra como organizações que partilham com o Estado a responsabilidade da gestão do social. Ao Estado compete a condução das políticas públicas

sociais, contudo, as instituições da sociedade civil vêm a requerer responsabilidade social quando se fala em políticas sociais (Guerra, 2002:54). O Programa Rede Social identifica-se por fatores de inovação e diferenciação. Diretamente relacionado com o conceito de “novas políticas sociais” representa uma rutura com a intervenção social tradicional, capaz de compreender as multidimensões das problemáticas sociais (Centro de Estudos Territoriais, 2005).

Nesta ordem de ideias, as redes criadas à luz do Programa Rede Social devem ser capazes de atingir os benefícios acima indicados por Dalberto Adulis (2002). Porém, o Programa Rede Social não nasceu a partir de uma necessidade sentida pelas entidades da sociedade civil mas sim de uma política ordenada superiormente pela Administração Central, acabando por limitar os alcances que a formação de uma rede pode permitir. Os regulamentos lançados pelo Estado, de forma a completar a sua fraca atuação social a nível local, impuseram barreiras e desmotivaram a procura de inovações sociais entre os membros, pensadas de acordo com o que cada território poderia ter à disposição.

Ao perspetivar uma nova motivação nas políticas sociais e no campo da intervenção social, Hespanha (2008) refere que uma nova abordagem implica uma atitude mais ativa do Estado e dos cidadãos, com os serviços sociais a demonstrar uma maior iniciativa na procura dos riscos sociais, descentralizando mais a sua gestão. Este explica que a intervenção deve ser baseada em projetos, usando objetivos e partilhando responsabilidades pela realização dos mesmos com parceiros. Deste modo, os cidadãos deverão tornar-se agentes ativos negociando com o Estado o formato das medidas e definindo os direitos e as obrigações (Hespanha, 2008). Contudo, esta não é uma realidade compreendida nem pelo Estado nem pelos cidadãos e entidades sociais. Persiste ainda uma lógica de centralidade do poder estatal e dominação das medidas e políticas a aplicar por parte da Administração Central, que nem o formato da Rede Social conseguiu apagar. O Programa Rede Social posiciona-se enquanto um instrumento de intervenção capaz de alcançar o que Hespanha (2008) diz ser necessário. Sendo que os seus objetivos se aproximam de uma lógica de partilha de responsabilidades e de planeamento de intervenção conjuntos, poderia existir um aproveitamento das suas intervenções mais diretas que permitisse a perceção do que os cidadãos e as entidades do Terceiro Setor consideram necessário e estão disponíveis para

fazer. Apesar das inconsistências, Hespanha (2008) explica que existe agora no Estado uma atitude de confiança quanto à sociedade civil, considerando-a capaz de assumir um papel pontual na organização de solidariedades.

Quando se fala em eficácia das políticas públicas, Isabel Guerra (2002) explica ainda que a medição desta está cada vez mais ligada aos constrangimentos que advêm dos atores e do desempenho do seu papel e cada vez menos identificada com a falta de recursos e de poder dos técnicos. Assim, a coletividade responsabiliza-se cada vez mais pelos problemas e soluções e aos mediadores pede-se que intervenham na concretização das políticas sociais (Guerra, 2002:58). Portanto, “as novas políticas públicas exigem uma dimensão política e prospetiva que vá para além da coordenação, orientando as ações para a alteração da distribuição do poder e dos recursos” (Guerra, 2002:60).

Anteriormente referidas, as “novas políticas sociais” são agora entendidas como um “sistema de ação complexo”. Segundo Isabel Guerra, as “novas políticas sociais” estão direcionadas para riscos sociais crescentes, representando “novas formas de regulação social num processo de construção da ação coletiva onde três conjuntos de atores interagem, devendo ser analisadas exatamente através dos seus processos de interação” (Guerra, 2002:52,70). Estas políticas opõem-se à lógica centralizada, prepotente e burocrática, típica das lógicas organizacionais e decisórias da administração. No que diz respeito aos três conjuntos de atores mencionados acima, a autora refere-se ao Estado, aos atores em situação de exclusão e aos mediadores (instituições sociais e técnicos, mediadores das políticas sociais) (Guerra, 2002:52, 71).

“As novas formas de ação exigidas pelas políticas sociais assentam no aprofundamento da complexidade das dinâmicas sociais e na procura da coesão social, e a esta exigência de aprofundamento cognitivo associa-se a necessidade económica de rentabilidade de recursos e a obrigatoriedade política de garantir a legitimidade pública”

Guerra (2002:55)

A partilha de recursos é um ponto fulcral dentro dos objetivos da articulação em rede uma vez que muitas organizações, para além de serem de porte pequeno, possuem um orçamento bastante reduzido e limitado, bloqueando-lhes o acesso a recursos necessários (Heckert e Silva, 2008). Ao fazer parte de uma rede social, as organizações do Terceiro Sector beneficiam em vários pontos. No entanto, o seu esforço para assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento das entidades merece um pouco de destaque. De facto, as organizações

do Terceiro Sector deparam-se com muitas limitações, sendo elas de ordem dimensional, estrutural e financeira. Estas, ao agirem de modo isolado, dificilmente conseguirão sobreviver pois, como foi referido, a importância das redes sociais sugere que a partilha de recursos pode realmente garantir possibilidades às quais nunca chegariam de modo separado (Heckert e Silva, 2008).

A importância das redes sociais no contexto do Terceiro Sector vai, no entanto, para além da partilha de recursos, funcionando como espaços onde as organizações podem partilhar conhecimentos e adquirir capacitação (Heckert e Silva, 2008). O Programa Rede Social vem sugerir que todos estes aspetos sejam contemplados pelas organizações locais, impulsionando o trabalho conjunto para um objetivo comum: o desenvolvimento social local. Este desenvolvimento será conseguido quando os atores identificados por Isabel Guerra (2002) se unirem para implementar a ideia de “novas políticas sociais”, associando ao conceito de rede uma participação conjunta e delineada por missões sociais comuns.

Existem diferentes tipos de redes capazes de se apresentar numa multiplicidade de formas. Eduardo Cunha (2007) explica que inicialmente são identificadas três categorias de redes no Terceiro Sector, isto é, Redes Temáticas, Redes Regionais e Redes Organizacionais. O primeiro tipo referido diz respeito às redes que são organizadas em volta de um tema. As Redes Regionais são redes que estão organizadas por regiões, consistindo uma enorme força pois representam vários municípios agrupados. O último tipo de rede refere-se àquelas que são agrupadas por instituições, como por exemplo, associações, Organizações Não Governamentais, etc. (Cunha, 2007). Segundo Eduardo Cunha (2007:14) as redes sociais, apesar de serem formadas com características e formações diferentes, trazem consigo princípios elementares como a “existência de um propósito unificador” e a “interligação e transposição de fronteiras”.

A monitorização e avaliação das redes é um ponto fulcral para a compreensão e perceção das vantagens ou possíveis desvantagens das Redes Sociais. Para existir esta monitorização e avaliação é necessário definir alguém ou um grupo capaz de acompanhar os seus movimentos e dinâmicas. Para o Programa Rede Social foi definida a constituição de um grupo de trabalho, chamado de Núcleo Executivo. Neste contexto, vários são os métodos

apropriados capazes de medir de um modo objetivo os movimentos dos elementos de uma rede social. Como indicadores principais para a avaliação das redes surgem os seguintes: a participação; a geração e troca de conteúdos; a interatividade e conectividade; e por fim, a adesão (Cunha, 2007).

Para Andres Falconer (1999) existem quatro principais necessidades de desenvolvimento de modelos de gestão das redes sociais e do Terceiro Sector. Em primeiro lugar, a *stakeholder accountability*, que surge como uma necessidade de transparência das suas contas face ao público que faz parte e possui interesses legítimos na rede social. A *sustentabilidade*, ou seja, a capacidade de captar e utilizar recursos a fim de conservar a rede. A *qualidade dos serviços*, que representa o carácter assistencial que existe nos objetivos das redes sociais, onde por vezes a amplitude da atuação da rede é determinante na qualidade dos serviços. E por fim, a *capacidade de articulação*, que se torna visível com a complexidade dos problemas sociais pois, estes exigem das diferentes redes formas de articulação.

As Redes Sociais, através das competências que possuem, podem tornar-se num elemento essencial para o desenvolvimento sustentável, não excluindo o desenvolvimento social (Amaro, 2013). Deste modo, Rogério Amaro (2013) refere que as Redes Sociais devem retificar lacunas e limitações atuais, tais como: deixando de ser apenas sociais, alcançando barreiras económicas, culturais, ambientais, entre outras áreas, adquirindo parceiros pertinentes desses domínios; devem assumir metodologias para o desenvolvimento local; valorizar o princípio da participação da comunidade seja esta organizada ou não; não deixar que se torne um instrumento partidário; e por fim, resistir à tendência para a municipalização das redes, seja por razões técnicas ou políticas, de modo a que esteja assegurada a partilha de poder e coordenação (Amaro, 2013). Estas lacunas representam os principais desafios do Programa Rede Social após uma década de existência, tal como será possível constatar ao longo do documento. A Rede Social de Esposende, rede construída aos olhos do Programa Rede Social, é um exemplo elucidativo das lacunas apresentadas por Rogério Amaro (2013), mas também das oportunidades que uma rede social local pode sustentar.

II. O Programa Rede Social

A Rede Social poderá contribuir decisivamente para a consciência pessoal e coletiva dos problemas sociais, para a ativação dos meios e agentes de resposta e para as inovações recomendáveis.

(Resolução do Conselho de Ministros 197/97: 6253)

2.1. Constituição e Fundamentos

O Programa Rede Social assume-se como um programa inovador com vista a um maior impacto na intervenção social local. Foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº197/97 no dia 18 de Novembro no ano de 1997, tendo sido lançado no início do ano de 2000, a título experimental, em cerca de 41 concelhos piloto. Em 2006 o referido Programa entrou na segunda fase da sua existência com a publicação do Decreto-Lei nº115/06 da Rede Social. Este decreto sintetiza a uniformização da organização e métodos de trabalho das redes sociais, aplicando novas exigências e desafios com base nas prévias conclusões da fase piloto evidenciando a necessária operacionalização dos Planos de Desenvolvimento Social e a articulação com o Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI). Assim, o Decreto-Lei nº115/06 determina uma série de procedimentos capazes de regulamentar as redes que se constituem a nível autárquico, consagrando princípios, finalidades e objetivos, de modo a aumentar a deteção e resolução de problemas específicos, bem como melhorar a eficácia e eficiência das respostas aos cidadãos e famílias (Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2006).

Assente nos princípios do fomento de uma consciência coletiva, na solidariedade alargada e na entreatajuda, a lógica de trabalho prevista no Programa Rede Social determina-se pelo estímulo às parcerias, onde se constitui redes de apoio social integrado entre os diferentes agentes locais e se perspetiva uma maior eficácia adjacente às ações das entidades públicas e privadas que atuam no mesmo território. Neste sentido, autarquias locais, serviços públicos, entidades sem fins lucrativos, entre outras, articulam-se, congregam esforços e unem-se perante objetivos comuns. O Programa tem como principais objetivos uma erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão social e a promoção do desenvolvimento social (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2001).

De acordo com a legislação, a Rede Social é uma plataforma de articulação entre parceiros públicos e privados, que se rege pelos seguintes objetivos: “a) Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais; b) Promover o desenvolvimento social integrado; c) Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos; d) Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI); e) Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento; f) Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local; g) Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.” (Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2006: 4277).

Os princípios de orientação que regulam o funcionamento da Rede para a concretização dos objetivos são os princípios de subsidiariedade, integração, articulação, participação, inovação e igualdade de género. O princípio de subsidiariedade diz respeito à proximidade da população quando as decisões são tomadas, isto é, o local torna-se fulcral nas tomadas de decisão uma vez que devem ser primeiramente exploradas todos os recursos e competências locais para a resolução das problemáticas identificadas localmente. O princípio da integração diz respeito à congregação dos recursos da comunidade no fomento dos projetos locais de desenvolvimento integrado. O princípio de articulação refere-se à articulação das ações dos diferentes membros que atuam territorialmente, cooperando, partilhando e trabalhando em parceria. O princípio da participação diz respeito à participação de todos os atores sociais, como entidades e populações, em especial as mais desfavorecidas ao longo de todas as ações. Já o princípio da inovação refere-se à mudança de “atitudes e culturas institucionais”, perspetivando sempre o novo conhecimento, inovação de métodos, práticas e modelos de intervenção. Por fim, o princípio da igualdade de género que diz respeito à inclusão das políticas de intervenção e planeamento integrem a dimensão do género nas suas ações (Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2006).

2.2. Materialização do Programa

A Rede Social materializa-se em formas organizativas concretas, nomeadamente na criação dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) e Comissões Sociais de Freguesia (CSF). Como indica o Decreto-Lei nº115/06, estes conselhos devem assumir localmente as medidas necessárias à concretização dos objetivos e ações, contemplando-se enquanto plataformas de planeamento e coordenação. O CLAS é composto por todos os elementos parceiros da Rede Social, tal como a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, os Organismos Públicos tutelados pelos membros do Governo, as instituições que desenvolvam respostas sociais com acordo de cooperação com organismos públicos, conselheiros locais para a igualdade de género caso existam, as entidades sem fins lucrativos e as entidades com fins lucrativos e pessoas dispostas a colaborar para o desenvolvimento social. O CLAS deve obrigatoriamente ser presidido pelo Presidente da Câmara Municipal. No que concerne aos CSF, destes devem ser membros os Presidentes das Juntas de Freguesia locais, os serviços públicos tutelados pelos membros do Governo, as entidades sem fins lucrativos, os grupos comunitários organizados e quaisquer pessoas dispostas a colaborar no desenvolvimento social. O CSF deve ser presidido pelo Presidente da Junta de Freguesia em questão. A estes incumbe a elaboração e aprovação de regulamentos internos, funcionando enquanto instrumentos de orientação (Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2006).

Ao Núcleo Executivo compete o trabalho prático envolvente na Rede Social, tal como na elaboração dos regulamentos, deliberações, propostas de trabalho, na construção do Diagnóstico Social, entre outros aspetos chave que dão fundamento à Rede Social. É obrigatoriamente constituído em CLAS e por um número ímpar de elementos (entre 3 a 7), sendo que a Câmara Municipal, a Segurança Social e uma Entidade Sem fins Lucrativos devem estar obrigatoriamente presentes entre os membros. No que respeita aos restantes membros, estes devem ser eleitos em CLAS de dois em dois anos (Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2006).

2.3. Estratégias e Metodologias de trabalho

A estratégia das Redes Sociais rege-se por três principais orientações, tais como: a sinalização de casos a descoberto na área da ação social e a produção de condições para a sua resolução; a articulação da intervenção social dos agentes locais e das parcerias, através da construção de projetos de ação articulados; a promoção de um planeamento integrado e sistemático baseado em diagnósticos (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2001).

Quanto à metodologia do Programa da Rede Social, esta assenta numa “estratégia participada de planeamento”, capaz de alcançar uma maior eficácia tanto na intervenção social como na promoção do desenvolvimento social. Esta metodologia constituiu-se a partir da “necessidade de compreender, analisar e atuar sobre as condições sociais do desenvolvimento local e não intervir apenas sobre as suas consequências e manifestações” (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2001:22).

A lógica de planeamento acima assinalada pretende evitar a segregação e pobreza/exclusão social; estimular iniciativas e intervenções; estimular a participação de todos os atores; promover a circulação das informações de modo a criar sentido de identidade local; e promover articulação de várias ferramentas de planeamento. Assim sendo, o Programa Rede Social constituiu um processo de implementação e consolidação baseado em várias etapas de trabalho, interligadas e capazes de levar a cabo a concretização do planeamento integrado e participado. Deste processo faz parte a elaboração de um Diagnóstico Social participado, a elaboração e operacionalização de um Plano de Desenvolvimento Social, a elaboração e concretização de planos de ação e por fim, integração dos sistemas de informação (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2001).

O Diagnóstico Social é fundamental para que os objetivos do Programa Rede Social sejam executados eficientemente, através de um bom planeamento, uma vez que permite o conhecimento e compreensão da realidade social. Neste instrumento de trabalho são identificadas necessidades e detetados problemas, de modo a identificar os pontos fulcrais onde devem incidir as intervenções (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2001).

O Plano de Desenvolvimento Social determina-se por um “instrumento estruturante, de deliberação, onde se inscreve um projeto comum de mudança”. Este estrutura-se a partir dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI), determinando eixos e objetivos de intervenção com a finalidade de promover o desenvolvimento social, prevenir riscos de pobreza e de exclusão e a atuar sobre as situações sociais mais problemáticas. A elaboração do Plano é de carácter obrigatório, tem uma durabilidade coerente com o calendário da Estratégia Europeia e deve integrar prioridades regionais e nacionais. Este instrumento de planeamento surge após a elaboração do diagnóstico social e da definição de prioridades constadas no mesmo documento (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2001:25, Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2006).

A operacionalização do Plano de Desenvolvimento Social certifica-se a partir da construção dos planos de ação anuais. Os planos de ação têm como principal finalidade aplicar na prática as políticas definidas no Plano de Desenvolvimento Social, constituindo-se num programa anual de ações e atividades. Construídos em concordância pelos parceiros locais das redes sociais, os planos de ação pretendem responder a aspetos como: o quê; quando; quem; como; onde. Neste sentido, a escolha das atividades, a calendarização, a responsabilização pela execução, os métodos e os locais onde se irão realizar as ações, representam questões assinaladas nos planos de ação e objetivam uma real aplicação na comunidade dos objetivos, metas e estratégias do Plano de Desenvolvimento Social. Os planos de ação devem ainda fundamentar a priorização das ações e atividades, de acordo com necessidades e recursos (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2001:25, Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2006).

Os Sistemas de Informação determinam-se por um instrumento de partilha de informações entre os parceiros que integram uma determinada rede social, podendo ser divididos em duas dimensões: a nacional e a local. O Sistema de Informação a nível nacional é da responsabilidade do Instituto da Segurança Social, I.P., integra dados estatísticos de dimensão nacional e um fórum *online* onde todos os parceiros das redes sociais podem partilhar conhecimentos. O sistema de informação a nível local é constituído por suporte de apoio à troca de informações entre parceiros de uma determinada rede, devendo ainda

estar acessível à comunidade. Ambos os Sistemas devem conter informações e pareceres recolhidos a partir do Diagnóstico Social, sendo atualizado sistematicamente. Todos os parceiros devem partilhar experiências e conhecimentos, integrando indicadores quanto à dimensão do género nas realidades concelhias (Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2006).

2.4. Diagnóstico Social

Um bom diagnóstico é garantia da adequabilidade das respostas às necessidades locais e é fundamental para garantir a eficácia de qualquer projeto de intervenção.

Guerra (2000:131)

A comunidade é sabedora da realidade em que vive o dia-a-dia. Contudo, toda a produção de metodologias, ações e intervenções sociais devem ter como pressuposto uma base de conhecimento da realidade apoiada em conhecimentos teóricos e em metodologias específicas, contrapondo-se ao senso comum. Para conhecermos com rigor as dinâmicas sociais torna-se necessário a construção de diagnósticos capazes de nos informar de modo coerente, realista e científico acerca dos fenómenos, sejam estes de nível nacional ou local. Este instrumento metodológico permite a definição de estratégias e intervenções pragmáticas, capazes de atingir as causas dos problemas e não as aparentes origens (Guerra, 2002).

O diagnóstico define-se por um instrumento dinâmico que retrata a realidade social e deteta não só os problemas e as necessidades prioritárias, mas também as suas respetivas causalidades, recursos e potencialidades locais (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2002). Uma vez que vivemos numa sociedade em constante mudança, principalmente no âmbito social, os diagnósticos sociais necessitam de uma atualização constante para que a informação não se torne ultrapassada ou enganadora (Guerra, 2002).

A proposta metodológica do Programa Rede Social convencionou uma estratégia participada de planeamento que procura obter uma maior eficácia no que diz respeito aos programas, projetos e à intervenção e promoção de desenvolvimento social, alcançando uma cobertura equitativa dos serviços/equipamentos e rentabilização dos recursos locais.

Assim, o planeamento integrado de intervenção deste Programa define-se pela elaboração do Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social, os Planos de Ação e de Sistemas de Informação, tal como foi anteriormente referido.

O Diagnóstico Social é o primeiro instrumento a ser construído uma vez que servirá de apoio para seguintes passos de planeamento integrado. Este instrumento tem como objetivo a produção de uma leitura clara da realidade social, perspetivando uma série de características. Segundo o Programa Rede Social, o Diagnóstico Social pretende identificar necessidades sociais e detetar problemas contudo, focaliza-se principalmente nas situações de pobreza e exclusão social. Deve especificamente ter em consideração aspetos como:

- “A caracterização do contexto local;
- A identificação e caracterização dos problemas e respetivas causalidades (de forma qualitativa e quantitativa), procedendo a:
 - Uma análise evolutiva dos problemas, do passado para o presente, perspetivando a sua evolução futura,
 - Uma identificação dos intervenientes (indivíduos, famílias, instituições...), das suas representações e expectativas de resolução dos problemas,
 - Um levantamento de projetos, ações e experiências concretas já levadas a efeito para resolução dos problemas;
- A identificação dos recursos e potencialidades, capazes de contribuir para a resolução dos problemas;
- A identificação e sistematização das informações existentes sobre as necessidades sociais;
- A análise, articulação e interpretação de todas as informações existentes;
- A definição de prioridades de intervenção” (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2001:24).

Enquanto objetivos fundamentais, o Diagnóstico Social pretende alcançar a documentação da situação dos problemas identificados, a determinação da importância e amplitude dos problemas e quais as suas causalidades e por fim, a identificação dos problemas prioritários (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2001).

No período de alargamento do Programa da Rede Social tornou-se claro que a simplificação dos processos de elaboração dos diagnósticos sociais representava uma prioridade pois a sua elaboração apresentava-se demasiado longa e incisiva. De modo a encontrar uma simplificação para o processo, antes da elaboração de um diagnóstico,

preconizou-se a elaboração de um pré-diagnóstico, rentabilizando tempo e evitando que o processo se torne desmobilizador. O pré-diagnóstico pode ser conseguido a partir dos contributos de cada um dos parceiros da Rede Social, com base nos seus conhecimentos, estabelecendo-se um plano de aprofundamento do diagnóstico e nomeando os indicadores a serem alcançados (Castro *et al*, 2009).

Um Pré-diagnóstico é um documento que descreve e analisa os problemas e necessidades de um local, de acordo com o conhecimento dos parceiros de uma rede e com as informações já existentes. Já o diagnóstico representa um trabalho finalizado com uma visão interpretativa da situação social a partir da sistematização da informação entendida. Assim, um Diagnóstico Social pode ser elaborado de diversas formas, isto é, de forma simples e rápida execução ou de um modo mais aprofundado, dependendo das condições da Rede Social em questão. Porém, é necessário editar um documento de fácil leitura e elaborar em tempo útil o diagnóstico, evitando-se um processo desmobilizador. (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2002).

No Programa Rede Social, a elaboração de um diagnóstico pressupõe uma passagem por diversas fases de construção, tais como: uma identificação exploratória dos principais problemas e recursos locais; uma recolha de informação quantitativa e/ou qualitativa; um tratamento das informações recolhidas; e por fim, uma análise e interpretação dos problemas e definição de prioridades. Contudo, para a elaboração de um diagnóstico é necessário, em primeiro plano, constituir uma equipa multidisciplinar para que posteriormente se possam desenvolver debates com o objetivo de compreender as causas dos problemas e a sua evolução (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2002). Para Isabel Guerra (2002) a elaboração de um diagnóstico deve passar por três fases distintas, tais como: a fase exploratória de pré-diagnóstico; a fase de diagnóstico onde se recolhe informação original; a fase de hierarquização dos problemas e perspetivação das soluções.

Para compreender as causas dos problemas, a investigação não se deve restringir a uma recolha de dados estatísticos, sendo também necessária a compreensão do contexto socioeconómico. Deste modo, o Programa Rede Social sugere que a sua elaboração passe por várias fases. A primeira fase de elaboração de um diagnóstico passa pela identificação

exploratória dos problemas primordiais, tal como acima se verificou-se deu conta. Nesta fase torna-se necessário perspetivar a organização do documento, decidindo se a informação será diferenciada de acordo com as problemáticas territoriais ou com problemas sectoriais. A uma abordagem sectorial diz respeito uma orientação de diagnóstico a partir das problemáticas sectoriais¹ ou de problemáticas de grupos populacionais, como por exemplo os idosos. Já a abordagem territorial pressupõe uma análise por área. Esta abordagem possibilita uma leitura integrada dos problemas e dos recursos por área mas não exclui uma análise sectorial. Assim sendo, deve perspetivar-se uma “análise multidimensional” da população, permitindo uma compreensão integrada e dificultando as possibilidades de atenuação de problemas. Um diagnóstico pode ainda ser organizado a partir das duas abordagens descritas, combinando as duas estratégias. Porém, a definição da organização do diagnóstico deve ser dirigida a partir dos parceiros envolventes, da realidade local e da informação disponível (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2002).

A segunda fase da elaboração de um diagnóstico diz respeito à recolha de informação quantitativa e qualitativa, que deve ser iniciada após uma análise exploratória. A fase de operacionalização da recolha de dados irá depender das opções disponíveis para a elaboração do diagnóstico, ou seja, da disponibilidade da equipa para a aplicação das técnicas de investigação (pesquisa documental/inquéritos/entrevistas). Partindo de uma decisão mais ou menos participada, deve ser decidida uma série de questões a fim de operacionalizar esta fase da elaboração do documento, tais como: os indicadores a utilizar; as fontes que irão ser utilizadas; a necessidade de efetuar novos estudos; as técnicas a utilizar; os responsáveis pelas tarefas e qual a calendarização disponível (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2002).

O recurso à recolha de dados quantitativos permite uma compreensão real das dimensões dos problemas sociais, torna possível fazer comparações com outras realidades a nível nacional ou local e permite contextualizar análises descritivas, percebendo a sua dimensão. Porém, dados qualitativos são também um recurso que poderá ser utilizado na

¹ Problemáticas sectoriais: demografia, habitação, educação, associativismo, saúde, ação social, segurança, emprego e formação profissional, atividades económicas e ambiente.

construção deste documento, de modo a perceber as expectativas da população quanto aos diversos problemas e ainda, informações das estratégias concelhias que têm vindo a ser implementadas (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2002).

A terceira fase na construção de um diagnóstico, segundo as indicações do Programa Rede Social, diz respeito ao tratamento e análise das informações recolhidas. Nesta fase pretende-se tratar a informação recolhida anteriormente, sendo que o método dependerá das técnicas escolhidas na segunda fase, ou seja, se a técnica de recolha for a análise documental, o tratamento de dados passará pela análise de conteúdo. Se por outro lado, a técnica de recolha for a recolha de dados quantitativos de fontes indiretas, a técnica de tratamento de dados deverá ser a análise estatística, através de médias, taxas entre outros (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2002).

A última fase, que se refere à análise e interpretação, deve envolver discussões entre os parceiros da rede quanto aos dados tratados e na aplicação de técnicas que permitam a análise dos problemas identificados. Nesta fase deve ser possível identificar as causas para os problemas, permitindo a hierarquização das problemáticas em termos de prioridade (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2002).

Vários podem ser os contratempos na produção de diagnósticos, levando a que estes sejam considerados por muitos documentos sem utilidade perante o esforço que exigem. Esta perceção nasce de um conjunto de fatores que facilmente se associam a uma menor eficácia nos diagnósticos sociais, tais como: a semelhança a uma monografia inútil; enquanto um documento de produção obrigatória, a sua elaboração é muitas vezes orientada para comprovar o “sendo comum”, levando a que se torne enganador; frequentemente não são contemplados elementos quantitativos e qualitativos de modo harmonioso levando a que os diagnósticos fiquem incompletos; risco de, por vezes, conter apenas as “desgraças” de um certo contexto, deixando de parte as potencialidades de desenvolvimento; exigência de afastamento relativamente a futuros objetivos, caso contrário corre o risco de se tornar ilusório (Guerra, 2002:131).

De modo a combater as lacunas relativas à produção de documentos em contexto da Rede Social, foi editada pelo Instituto da Segurança Social (2009) uma reflexão sobre o Programa Rede Social que surge como um balanço da consistência do mesmo, no território português, ao longo dos últimos anos. Neste documento são apresentados indicadores de referência para uma nova geração de diagnósticos sociais, como resposta aos contínuos problemas que anteriormente foram identificados. Esta lista de indicadores sociais permite que as áreas temáticas de bem-estar abrangidas pelos objetivos de inclusão da Estratégia para a Inclusão Social e Proteção Social sejam atingidas. Para além disso, os referidos indicadores representam um “mecanismo que permita uma leitura comparativa necessária para um conhecimento sistemático da realidade nacional, ao mesmo tempo que possibilita a incorporação das principais orientações europeias e nacionais a este nível” (Castro *et al*, 2009:94).

Os indicadores acima referidos pertencem às seguintes dimensões: rendimentos e desigualdade económica; emprego e desemprego; atividade económica; educação e formação; proteção social; habitação; demografia; saúde; cultura, desporto e lazer e ainda, ambiente. No que diz respeito aos rendimentos e desigualdade económica procura-se verificar informações como nível de ganhos, renumerações salariais, o poder de compra, acesso a determinados bens (indicador de consumo), a distribuição destes por freguesias, entre outros fatores considerados importantes. Em relação ao emprego e desemprego é necessário identificar os rácios de desemprego e desemprego de longa duração, e a estrutura do mercado do emprego local. Quanto à atividade económica pretende-se verificar a caracterização do tecido económico, obtendo números e dimensões, que permitirá entender fenómenos de pobreza e exclusão social. Os indicadores referentes à Educação dizem respeito a taxas de analfabetismo, taxa de pré-escolarização, de abandono escolar, de abandono escolar precoce, os recursos existentes no concelho, entre outros. A proteção social deve ser medida através do número de respostas na área social, dos beneficiários e valores de prestações, apurando condições de vida, níveis de rendimentos. Na área da habitação procura-se conhecer as condições habitacionais. A saúde entendida a partir de indicadores de acesso à saúde e recursos da população. No que diz respeito à

cultura, desporto e lazer propõe-se a identificação dos recursos disponíveis no concelho e a despesa municipal na área. Por fim, relativamente à proteção ambiental os indicadores representam-se pelos gastos municipais, o saneamento básico, entre outros (Castro *et al*, 2009).

O Diagnóstico Social é um instrumento que, para além das finalidades anteriormente assinaladas, pode ter um papel fulcral na consolidação do trabalho em parceria a partir de dois fatores: a qualidade e a utilidade estratégica. A qualidade diz respeito à elaboração de um bom diagnóstico, resultante dos procedimentos anteriormente referidos e de uma visão intersectorial. Quanto à utilidade estratégica, o facto de se apoiar na participação dos parceiros, e no caso de estes se reverem no documento, assegura-se por sua vez uma identificação dos mesmos com as possíveis soluções. Deste modo, o diagnóstico pode revelar-se um simplificador da interação e comunicação entre os parceiros, contribuindo para o sucesso do Programa (Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social, 2002).

Num estudo efetuado aos diagnósticos sociais produzidos pelas Redes Sociais da Grande Lisboa, foi possível identificar vários problemas na elaboração deste instrumento de planeamento, desde a produção de informação, à gestão e ao nível organizacional. Paula Atouguia (2010:34) ao analisar os referidos Diagnósticos Sociais identificou os seguintes principais problemas no que concerne à produção de informação dos diagnósticos: a informação mostrava-se dispersa, manipulada e com incorreções; falta de agregação adequada de dados; falta de informação previamente tratada para o diagnóstico; falta de informação fiável quanto a determinantes do concelho; falta de qualidade de informação; não adequada seleção da informação; conteúdo pouco adequado; fontes de informação pouco apropriadas.

No que diz respeito ao nível da gestão de informação, a autora identificou os seguintes problemas: falta de atualização dos diagnósticos; falta de informação para apoio à tomada de decisão e acompanhamento de processo; falta de meios de informação adequados aos diferentes públicos interessados; falta de indicadores de avaliação; os serviços não tratam a informação que produzem e produzem informação que não utilizam;

o tratamento da informação não tem em conta as necessidades dos potenciais utilizadores; falta de canais de comunicação entre a organização e entre parceiros da rede com a população; pouca divulgação do diagnóstico (Atouguia, 2010:35).

Por fim, Paula Atouguia (2010:35) identificou, nos diagnósticos dos concelhos da Grande Lisboa, alguns obstáculos organizacionais na produção dos documentos, tais como: passar do papel à prática; resistência à mudança e inovação; falta de valorização da produção do diagnóstico; falta de responsabilização pelo compromisso; falta de noção de trabalho em parceria; diferentes linguagens e interesses; falta de competências técnicas para o trabalho em rede.

Percebe-se então que várias são as barreiras subjacentes à elaboração dos documentos de apoio e de planeamento previstos pelo Programa Rede Social. Acompanhados pelas barreiras organizacionais e problemáticas locais que trazem especificidades próprias a cada Rede Social, a construção de um Diagnóstico Social pode ser o espelho da própria rede. Isto é, se analisarmos quem fez, com que parceiros, planeados por quem, a existência ou não de reflexões e avaliações, o real aproveitamento do documento e a sua valorização... poderemos refletir no estado em que determinada rede se encontra.

Tal como o diagnóstico se pode apresentar enquanto elemento de utilidade estratégica, uma vez que permite estabelecer redes de trabalho com um propósito comum, uma rede social ordena-se pela mesma lógica. A constituição de uma rede apresenta-se, à primeira vista, como uma estratégia para alcançar o desenvolvimento social local envolvendo todas as entidades que intervêm localmente. Se os parceiros não foram chamados a participar e ordenar a definição de políticas e ações, o conceito de rede não estará em plenitude.

2.5. Perspetiva crítica ao Programa

Tendem a existir problemas de cooperação interinstitucional no seio das parcerias: ou porque os parceiros têm falta de tradição em cooperar entre si ou porque estão dotados de poderes muito desiguais no contexto da sociedade local, ou por outras razões

Santos *apud* Hespanha e Hespanha (2011:97).

O Programa Rede Social, para além de ser preciso e regulamentado, pretende implementar um sistema de intervenção local através do trabalho em parceria construindo, tal como o próprio nome indica, uma rede social. Todavia, torna-se difícil completar os procedimentos impostos pelo programa devido às especificidades que cada local tem à sua merce. Por vezes, a cultura organizacional é forte e claramente alinhavada, o que impede a implementação de uma rede de trabalho onde não existam diferenciações entre os seus membros. Já o próprio Programa Rede Social implica que persistam diferentes posições entre os membros pois, apesar de existir a possibilidade de estarem presentes no Núcleo Executivo em certo momento, existem outros membros que estão obrigatoriamente e constantemente em posição de domínio.

Esta constatação leva a que se perceba que as redes sociais criadas à luz do Programa Rede Social estão previamente condenadas à desigualdade de posições na rede. Se já a vontade de construir uma rede num determinado local pode enfrentar uma série de dificuldades provindas da tradição implementada localmente, a forma como o Programa Rede Social se impõe, assinala com maior força esta problemática.

Para aquelas entidades que detêm um maior conhecimento, maior prestígio ou legitimidade social num determinado local, é-lhes difícil aceitar a perda do seu papel na sua localidade, uma vez que perderiam de certo modo o seu domínio, o que torna difícil a implementação de uma rede em pleno sentido de igualdade. Neste sentido, vários podem ser os obstáculos numa determinada rede, como a “desconfiança, a autocracia, a inflexibilidade e intolerância, o radicalismo e a busca do conflito em vez da busca do consenso” (Hespanha e Hespanha, 2011:97). O Programa Rede Social, que tenta combater estas possíveis inconstâncias impondo regras e limitações, não considera a possibilidade das especificidades locais poderem abalar todo o seu sentido.

Assim, fará sentido objetivar uma rede de trabalho em parceria e em pé de igualdade, quando apenas alguns membros direcionam o trabalho de uma rede? Até que ponto as redes sociais concebidas aos olhos do Programa Rede Social não se caracterizam pelo domínio do Estado sobre a sociedade civil nas localidades? Estarão as entidades parceiras de uma rede a ocupar um espaço de meros peões perante o domínio das Câmaras Municipais e das entidades com maior força e presença local?

Como descreve Maria José Hespanha e Pedro Hespanha (2011:99): “as redes não têm público, apenas membros e o seu modo de funcionamento é a auto-regulação”. É nesta fundamentação que as redes se devem fundar, representando-se enquanto uma união de entidades para um bem comum, onde a “hierarquia, a autoridade, a rigidez e a universalidade” não estejam entre as suas características.

As redes institucionais ganham uma legitimidade reconhecida entre as metodologias que podem ser usadas, principalmente pelo facto de as entidades conseguirem de um modo ou de outro “partilhar do governo das políticas”. O Programa Rede Social reflete as novas metodologias que o Estado-Providência tem vindo a implementar de forma a combater as suas incapacidades, entrando deste modo numa nova fase de progresso. As novas políticas sociais destacam-se pela parceria entre o Estado e as Organizações do Terceiro Setor. Esta visão reflete-se no Programa Rede Social e caracteriza-se pela partilha de responsabilidades nas medidas a serem aplicadas, pelo efeito de proximidade e pela flexibilidade de ações (Hespanha e Hespanha, 2011:102). Maria José Hespanha e Pedro Hespanha (2011) consideram que hoje as políticas sociais apresentam-se mais exigentes mas também mais vulneráveis a deformações.

III. Câmara Municipal de Esposende

3.1. A Instituição

A Câmara Municipal de Esposende é o órgão executivo de administração local do concelho de Esposende, entidade da divisão administrativa do país, com personalidade própria e alguma autonomia administrativa. Enquanto órgão executivo, a Câmara Municipal, é responsável pela gestão quotidiana do território e pela planificação da sua orientação.

O Município de Esposende constitui-se por 10 freguesias: Antas, União das Freguesias de Apúlia e Fão, União das Freguesias de Belinho e Mar, União das Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos, União das Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra, União das Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto, Forjães, Gemeses, e Vila Chã. No ano de 2012 habitavam no concelho cerca de 34 286 cidadãos e portanto, é neste território que a Autarquia de Esposende atua. A Câmara Municipal de Esposende é dirigida pelo Presidente, Vice-Presidente e por cinco vereadores. Já a Assembleia Municipal, órgão deliberativo do concelho, é constituída pelo Presidente, dois secretários, representantes das juntas de freguesias, e representantes de cada grupo político.

A Câmara Municipal divide-se enquanto organismo em oito divisões: Divisão Administrativa e de Recursos Humanos; Divisão de Serviços Financeiros; Divisão de Obras Municipais; Divisão de Gestão Urbanística; Divisão de Planeamento e Desenvolvimento; Divisão de Serviços Gerais; Divisão de Desenvolvimento Social; Divisão de Cultura e Turismo; e por fim, Divisão de Serviços de Apoio.

Da Divisão de Desenvolvimento Social fazem parte o Serviço de Ação Social, o Serviço de Habitação, Serviço de Educação, Serviço de Saúde, Serviço de Desporto e Serviço de Juventude. O Serviço de Ação Social foi o departamento no qual este estágio foi concretizado. Este serviço assume-se como um dos agentes contribuidores para a dinamização do Projeto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e à Exclusão Social, delineando para tal, um esquema de eixos de intervenção planificados, tais como: Intervenção Familiar Integrada; Igualdade de Oportunidades; Terceira Idade; Banco Local de Voluntariado; Rede Social; Parcerias com serviços como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de

Esposende e a Comissão Local de Acompanhamento do Rendimento Social de Inserção; Loja Social Rede Solidária (projeto desenvolvido no âmbito da Rede Social).

A Técnica Superior de Serviço Social apresenta-se enquanto coordenadora de divisão e assegura o trabalho da Rede Social, Banco Local de Voluntariado, intervenção na área da Terceira Idade, o serviço de intervenção familiar integrada e o atendimento ao emigrante. Este estágio curricular foi coordenado pela referenciada Técnica, coordenadora do serviço.

Esta Técnica assume um papel preponderante no trabalho da Rede Social pois é quem concretiza o trabalho prático quotidiano e direciona a Rede Social de Esposende, sob a direção da Vereadora da Coesão Social (que se assume enquanto representante da Rede Social na ausência do Presidente da Câmara). À técnica estão atribuídos vários pontos essenciais ao funcionamento da rede, como: conhecimento de todos parceiros; conhecimento de toda a regulamentação do Programa rede Social; elaboração das propostas de planos de ação e relatórios de avaliação; organização/coordenação dos projetos da Rede assumidos pela Câmara Municipal; coordenação do projeto Loja Social Rede Solidária; e todo o trabalho do Núcleo Executivo afeto à Câmara Municipal. Esta assume-se não só como coordenadora funcional e quotidiana da rede, mas também enquanto a ponte de transmissão de todas as informações/ações entre a grande maioria dos parceiros. Como exemplo prático, nota-se que qualquer questão ou problema que surja por parte de algum parceiro do CLAS, a primeira pessoa a ser contactada é a Técnica coordenadora do Serviço de Ação Social, principalmente no que se refere a IPSS's.

3.2. Enquadramento do Estágio

Realizado na Câmara Municipal de Esposende entre Março e Julho de 2014, o estágio curricular desenvolveu-se no âmbito do Serviço de Ação Social, sob a coordenação da Dra. Alzira Maciel, coordenadora do mesmo serviço.

Este estágio curricular resultou de objetivos previamente estipulados e acordados de ambas as partes. Desta combinação surgiram os seguintes objetivos: a elaboração de um Diagnóstico Social do concelho, o desenvolvimento de trabalho no âmbito da Rede Social de Esposende e desenvolvimento de trabalho no Banco Local de Voluntariado (BLV). Assim, enquanto tarefas principais previu-se a recolha, seleção, tratamento e análise de dados quantitativos representativos da realidade social do concelho (Diagnóstico Social); a planificação, acompanhamento e avaliação de atividades da Rede Social; e a elaboração do plano de ação, atualização da base de dados e revisão de procedimentos no BLV.

Como será apresentado de seguida, o estágio dedicou grande parte do seu tempo à elaboração de um diagnóstico social concelhio. Porém, devido às condições envolventes, o documento produzido acabou por se limitar a uma caracterização exaustiva e quantitativa do concelho de Esposende, de acordo com os dados disponíveis na internet.

Este estágio caracterizou-se por uma jornada de trabalho intensivo devido à grande quantidade de procedimentos necessários à elaboração de um diagnóstico em tão curto espaço temporal. Face à ausência de uma equipa multidisciplinar capaz de gerar a discussão em torno da identificação de indicadores-chave e problemáticas a alcançar e sem experiência neste domínio, torna possível averiguar que a existência de um acompanhamento técnico e metodológico por parte de algum técnico envolvido na Rede Social de Esposende teria sido essencial. Deste modo, vários foram os pontos não alcançados uma vez que, mesmo com um espaço temporal de quatro meses, percebeu-se difícil a construção de um documento que deveria retratar uma cultura territorial sobre a qual não tinha conhecimento prévio.

Nestes meses de estágio foram ultrapassadas fases que pouco ou nenhum rendimento prático tiveram mas que, no entanto, foram de igual modo fundamentais. A compreensão do que era o Programa Rede Social e a sua repercussão no concelho de Esposende, bem como a cultura organizacional concelhia, foram elementos essenciais para

a construção do diagnóstico. Esta fase de conhecimento permitiu que se conseguisse determinar aquilo com que poderia ou não contar no momento da elaboração de um diagnóstico.

Do mesmo modo se compreendeu o que eram os diagnósticos sociais no contexto do Programa Rede Social, uma vez que se tornou necessário dedicar algum tempo a analisar outros diagnósticos (Esposende e de outros concelhos distintos). Devido à ausência de uma equipa multidisciplinar que pudesse passar o testemunho e apoiar na sua construção, sentiu-se a necessidade de estudar mais aprofundadamente o que poderia ser feito, de acordo com as possibilidades constatadas e oferecidas inicialmente.

IV. A Rede Social de Esposende

4.1. Constituição

O Programa Rede Social teve o seu início no concelho de Esposende a 8 de maio de 2002, através da constituição do Conselho Local de Ação Social (CLAS) sob as normas estabelecidas na Resolução de Conselho de Ministros 197/97. O CLAS de Esposende representa um “órgão local de concentração e congregação de esforços, funcionando como um espaço privilegiado de diálogo e análise dos problemas, visando a erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social pela promoção do desenvolvimento social e local” e é constituído por entidades públicas e privadas com ou sem fins lucrativos que pretendem de livre vontade conceber o que acima foi descrito, entrando numa lógica de compromisso coletivo. Segundo o regulamento interno que serve de apoio à Rede Social de Esposende, as Estruturas Orgânicas que compõe a rede são o CLAS e as Comissões Sociais Inter Freguesias, sendo que o CLAS integra o Plenário e o Núcleo Executivo (Regulamento Interno do CLAS de Esposende, 2009:2).

No concelho de Esposende, o Programa Rede Social constitui-se a três níveis de trabalho: o nível estratégico onde se revê o CLAS, o nível executivo que dá fundamento ao Núcleo Executivo e por fim a nível regional, que determina a inserção da Rede Social de Esposende na Plataforma Supraconcelhia do Vale do Cávado.

A sede do CLAS situa-se na Câmara Municipal de Esposende, pois esta é a entidade responsável pelo apoio logístico do funcionamento da Rede Social. O CLAS é obrigatoriamente presidido pelo Presidente da Câmara Municipal de Esposende e composto pelo Centro Distrital da Segurança de Braga, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, pelo Centro de Saúde, pela Guarda Nacional Republicana e por fim, pelos Agrupamentos das Escolas, Escola Secundária e pelo Centro de Formação da Associação de Escolas. A estes membros acrescem os representantes máximos das entidades com acordos de cooperação com a Segurança Social, os presidentes das juntas de freguesia, e ainda, quaisquer entidades sem fins lucrativos. Sem ocupar lugar de membros, podem ainda participar no CLAS de Esposende o Conselho Municipal de Educação, a Comissão de

Proteção de Crianças e Jovens e o Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção (Regulamento Interno do CLAS de Esposende, 2009).

Segundo o Regulamento Interno do CLAS de Esposende (2009) é competência do Presidente da Câmara Municipal de Esposende a convocatória para as reuniões, a presidência e dinamização do plenário, a representação do CLAS perante outras redes sociais e perante o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social da articulação com a plataforma supramunicipal.

O Núcleo Executivo do CLAS de Esposende é composto obrigatoriamente por um representante da Segurança Social, um representante da Câmara Municipal e um representante das entidades sem fins lucrativos (Centro Social da Juventude de Mar). Quanto aos membros eleitos para o biénio 2014/2016, estes são: o Presidente da União das Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos, o representante do Instituto do Emprego e Formação Profissional de Barcelos, o representante do Centro de Saúde e o representante da Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende Inserção (Regulamento Interno do CLAS de Esposende, 2009).

Compete ao Núcleo Executivo de Esposende a elaboração dos instrumentos de planeamento inerentes ao Programa Rede Social, ou seja, compete-lhes a elaboração do Diagnóstico Social, do Plano de Desenvolvimento Social e dos Planos de Ação anuais. O processo de dinamização do processo de construção dos referidos documentos é de igual modo responsabilidade do Núcleo Executivo, como por exemplo, na dinamização de grupos de trabalho, sempre que necessário, entre os parceiros e na estimulação da colaboração das mesmas. Porém, a produção destes documentos está sempre interligada aos deveres de todos os membros do CLAS, sendo que estes devem participar ativamente na realização e atualização de todos os instrumentos sempre que solicitados (Regulamento Interno do CLAS de Esposende, 2009).

No que se refere ao Sistema de Informação, a Rede Social de Esposende não contempla nenhum sistema que represente um efetivo instrumento de partilha de informações tal como o Programa Rede Social sugere. Porém, a Câmara Municipal de Esposende mantém no sítio oficial os documentos produzidos pelo CLAS, como as atas dos conselhos, regulamentos, planos, relatórios, projetos, legislação, entre outros.

A Rede Social de Esposende constituiu-se no ano de 2002 com 31 membros. Porém, o número de membros foi aumentando de ano para ano e nos primeiros 2 anos de existência alcançou cerca de 94% do número atual de membros (102). O número total de membros tem vindo a variar um pouco durante os últimos 12 anos devido à extinção de associações e à nova estruturação do território que decorreu no ano de 2013 (o concelho contava com 15 freguesias, passando agora a contar com 9). Atualmente a rede pode contar com um número de 102 membros.

A Rede Social já elaborou e concretizou vários projetos, contudo, aquele que maior visibilidade apresentou foi o nascimento da Loja Social Rede Solidária em novembro de 2011. A Loja Social Rede Solidária tem como principal missão apoiar cidadãos e famílias, agregando valores, respeitando o meio ambiente e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do concelho. Este projeto determina-se por um projeto da rede para os cidadãos e subsiste através da parceria de 35 entidades que unem esforços e recursos logísticos para o funcionamento da loja.

4.2. Caracterização atual

É possível verificar que na Rede Social de Esposende os tipos de organização envolvidos variam consideravelmente. Contudo, o tipo de organização mais comum é o das Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras de cariz social e, de seguida, as Instituições culturais, desportivas e recreativas. Já as organizações de cariz religioso ocupam uma posição relevante nesta rede, alcançando os 13%, tal como as associações de pais. Com pouca expressão, surgem as associações comerciais e industriais e as cooperativas, que representam apenas 3% da constituição da rede.

Ao analisar a rede é possível determinar que existe um efetivo investimento no que concerne à adesão dos vários organismos públicos e privados do concelho. Porém, verifica-se que a participação destes 102 membros é fraca. A grande maioria tem uma representação inativa enquanto membro desta rede. Conforme os critérios de composição do CLAS, constata-se que a grande maioria dos 102 membros têm esse estatuto como um elemento que decorre da lei e não de um ato de vontade própria, constituindo-se como membros de carácter obrigatório. Estamos a falar das autarquias locais, das instituições da administração

pública e das organizações que desenvolvam respostas sociais e beneficiem de acordos de cooperação com organismos públicos.

Tipo de entidades – Membros CLAS	Nº	%
Associações comerciais e industriais e cooperativas agrícolas e outras	3	2,9
Associações de Pais	8	7,8
Autarquias locais	10	9,8
Instituições culturais, desportivas e recreativas	17	16,7
Instituições da administração pública	8	7,8
Instituições de Ensino	6	5,9
Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras de cariz social	27	26,5
Instituições particulares supraconcelhias	3	2,9
Parcerias locais	7	6,9
Paróquias	13	12,7
TOTAL	102	100,0

Fonte: Serviço da Ação Social da Câmara Municipal de Esposende, 2014

Plenário CLAS	Ano	Proporção de elementos presentes (%)	Adesão de Membros
1	2002	100	31
2	2002	74	33
3	2003	63,3	17
4	2004	58,8	15
5	2005	53,5	-
6	2006	32,6	-
7	2007	34,1	8
8	2008	54,1	-
9	2009	32,8	2
10	2010	28,6	1
11	2010	40,6	1
12	2010	41,5	1
13	2011	58,5	-
14	2011	38,2	-
15	2012	29,8	3
16	2013	36,8	2
17	2014	24,5	2
Geral		47,2	116

Fonte: Serviço da Ação Social da Câmara Municipal de Esposende, 2014

Conforme o nº1 do artigo 13º do Regulamento Interno do CLAS (2009), o funcionamento da rede deve envolver dois plenários anuais. Contudo, este princípio não tem sido satisfeito. Até à data, o CLAS reuniu cerca de 17 vezes no decorrer dos seus 12 anos de existência. No último plenário, ocorrido a 24 de abril de 2014, o CLAS contou com a participação de 25 membros, representando 24,5% do total de membros. No que se refere à participação na generalidade dos plenários do CLAS têm-se registado grandes variações no número de membros presentes, sendo que na maioria das situações, esta tem sido inferior a 50%. Esta situação pode ser explicada pelo facto de a rede não ter nascido por vontade das próprias entidades, mas sim de um normativo legal com modelos de funcionamento previamente estabelecidos mas, também, pelo facto de estas não terem percebido a importância da participação, articulação e cooperação que uma rede pode permitir.

No que se refere ao Plano de Ação para o ano de 2014, o CLAS pretende alcançar nove objetivos. Dos objetivos, cerca de cinco dizem respeito a trabalho do Núcleo Executivo, entre os quais se encontra a elaboração de um relatório de avaliação do Plano de Desenvolvimento Social que vigorou; a elaboração de um Plano Estratégico Intermunicipal; a elaboração de um Diagnóstico Social e de um Plano de Desenvolvimento Social Concelhio.

O Plano de Ação 2014 do CLAS de Esposende define-se como um plano estruturante, baseado no planeamento e elaboração de instrumentos de trabalho, na melhoria das competências dos técnicos de intervenção social, na divulgação do trabalho realizado pela rede e na continuação do trabalho realizado nos anos anteriores (como trabalho na área da formação e emprego), na promoção do envelhecimento ativo e na dinamização da Loja Social Rede Solidária (CLAS da Rede Social de Esposende, 2014).

Este plano mostra-se estruturante na medida em que dedica maior parte das suas ações à efetiva estruturação da Rede Social, no sentido de elaborar documentos de apoio à rede que posteriormente permitirão o restabelecimento de políticas futuras. Numa outra preceptiva de estruturação encontra-se o investimento na formação dos técnicos que atuam no Terceiro Setor em Esposende.

Deste modo, a aposta na formação dos técnicos que estão envolvidos na rede poderá representar uma boa estratégia, capaz de conduzir um futuro desenvolvimento da

rede. A face das entidades é a mesma face das pessoas que coordenam e orientam uma organização da sociedade civil. Assim, é nas pessoas que os maiores investimentos devem ser aplicados. Novos desafios deveriam ser traçados a partir do momento em que a rede revela estar a desenvolver um trabalho desviado dos seus princípios. As oportunidades de desenvolvimento encontram-se nas pessoas e na sua visão sobre determinados assuntos, portanto, um alento inovador através da formação poderia representar o caminho certo.

No que concerne aos objetivos “Envelhecimento Ativo” e “Loja Social Rede Solidária”, revela-se uma persistência dos mesmos nos planos e ações que são levados a cabo. Este facto revela-se devido aos fortes indicadores de sucesso que as avaliações têm vindo a demonstrar nos questionários de satisfação, aplicados no decorrer das atividades.

4.3. Papel da Autarquia

A Câmara Municipal de Esposende tem um papel preponderante no funcionamento da Rede Social do concelho. Desde a sua criação ao funcionamento quotidiano do Programa Rede Social, a Câmara Municipal tem orientado as políticas, os planos e as ações da rede. Assim, o trabalho que tem sido desenvolvido pela Câmara Municipal enquanto membro obrigatório têm excedido os seus deveres, uma vez que tem concretizado singularmente os seguintes instrumentos: Diagnóstico Social e atualizações, Plano de Desenvolvimento Social, Planos de ação anuais, avaliações e reflexões, para além da marcação dos plênários, constante coordenação da rede e de todos os procedimentos inerentes à sua gestão.

Os membros da Rede Social têm demonstrado uma participação menor na elaboração e concretização dos Planos de Ação anuais, sendo que a sua intervenção denota-se apenas num único objetivo dos planos, isto é, na Promoção do Envelhecimento ativo da população. Numa análise ao Plano de Ação de 2014 constata-se que está prevista a participação dos parceiros da rede em dois objetivos, na promoção do envelhecimento ativo e na dinamização e acompanhamento da Loja Social Rede Solidária. Porém, na sua real execução tem-se verificado que apenas as IPSS's e outras entidades de cariz social que trabalham com idosos têm participado na execução de um único objetivo.

A Câmara Municipal de Esposende dispõe de um técnico que não se dedica a tempo inteiro à Rede Social. Porém, com as limitações de recursos humanos, a Câmara tenta orientar e fazer funcionar a rede minimamente de acordo com o estabelecido, tentando cumprir e assegurar que o Programa Rede Social seja cumprido no seu território.

4.4. Documentos elaborados

Desde a criação da Rede Social no ano de 2002 até à atualidade, foram produzidos alguns documentos no contexto da rede social. Inicialmente, as entidades do CLAS foram mobilizadas para a elaboração de um Diagnóstico Social, que foi aprovado a 6 de novembro de 2003. Posteriormente foi produzido um Plano de Desenvolvimento Social no qual estiveram envolvidos os parceiros do CLAS e que foi aprovado em maio de 2004. Este instrumento de planeamento vigorou entre junho de 2004 e dezembro de 2005. No ano de 2006 foi efetuado um Relatório de Avaliação do referido plano e do funcionamento das comissões inter-freguesias. Todos estes instrumentos foram elaborados com recurso a consultoria externa, uma vez que se sentiu a necessidade de contratar técnicos capazes de apoiar a elaboração dos documentos. Os membros do Núcleo Executivo não apresentavam condições e recursos disponíveis para trabalharem exclusivamente em contexto da Rede Social.

A elaboração do Diagnóstico Social de Esposende 2003 determinou-se pelas seguintes fases: definição de áreas temáticas; identificação dos principais problemas por áreas temáticas; recolha de informações; análise e interpretação das informações recolhidas no qual se incluíram pontos como um estudo aprofundado das causas dos problemas, análise das relações e conexões entre os problemas e estabelecimento das principais dinâmicas sociais existentes e tendências de evolução e por fim, a inventariação dos recursos e respostas existentes no concelho e adequação aos problemas. A metodologia desenvolvida foi sustentada na investigação-ação, de acordo com a descrição metodológica assente no documento.

No ano de 2007 os parceiros com intervenção direta foram mobilizados para a elaboração de um novo Plano de Desenvolvimento Social para o período de 2008-2013, também com apoio de serviço externo de consultoria. Este plano definia estratégias para o

desenvolvimento local, com uma lógica de planeamento participado e integrava políticas ao nível da administração pública racionalizadas de acordo com os recursos locais do concelho. Assim, a operacionalização do Plano foi concebida através do Projeto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social. A Câmara Municipal foi a entidade dinamizadora deste Projeto, sendo que a Rede Social permitiu uma atuação conjunta de forma a estabelecer e manter uma rede operativa viável e otimizada, no que concerne à organização local com um objetivo comum.

No ano de 2008 e de 2010 foram elaborados novos diagnósticos sociais por uma técnica do Serviço de Ação Social da Câmara Municipal, com o intuito de servir de apoio à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social 2008-2013. A atualização dos dados do Diagnóstico de 2010 foi efetuada a partir das informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Esposende, Centro Distrital de Segurança Social, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Esposende, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Centros Novas Oportunidades, Instituto da Droga e da Toxicodependência, e ainda nos seguintes documentos: Anuários Estatísticos de 2005, 2006, 2007 e 2008, Censos 2001 e Relatório Anual de Atividades 2009 e 2010 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

No ano corrente foi planeada a execução de um Diagnóstico Social enquanto instrumento de planeamento da Rede Social de Esposende. Este documento deverá ser fechado e apresentado em Plenário durante este ano de 2014, para posteriormente ser expandido por todos os parceiros da rede e tornado público a todos os cidadãos do concelho.

No que diz respeito aos Planos de Ação, estes instrumentos têm sido frequentemente compostos ao longo dos anos no âmbito da Rede Social. Porém, é a Câmara Municipal de Esposende a assumir a sua elaboração, apresentando-os, posteriormente, para aprovação em plenário do CLAS, assegurando a concretização das ações planeadas.

4.5. Pontos fracos e fortes

A Rede Social de Esposende apresenta algumas especificidades que podem ser apresentadas como pontos fortes e pontos fracos. Por exemplo, esta rede revela uma forte

envolvência e participação por parte das associações de cariz social que têm como público-alvo a população idosa. Integrando o programa de Envelhecimento Ativo (objetivo constante dos planos de ação), estas entidades não só propõem ações, como oferecem, pelo menos uma vez por ano, atividades abertas a todos os parceiros envolvidos, originando um ciclo de atividades entre as entidades que trabalham com a terceira idade. Contudo, outros públicos acabam por ser esquecidos no que concerne às políticas e aos objetivos anuais definidos pela rede. A maioria destas entidades também trabalham com crianças, famílias, jovens ou deficientes, integrando poucas vezes tais atividades na Rede Social de Esposende.

Neste contexto, o papel da Câmara Municipal de Esposende é uma vez mais decisivo devido à sua forte envolvência na coordenação das atividades e objetivos, tornando-se um elemento fulcral na constituição e funcionamento da Rede Social de Esposende. Devido à sua capacidade de motivar e conseguir dinamizar a rede sem quaisquer apoios externos da Administração Central e dos restantes parceiros (por falta de recursos e de orientação para esse sentido), a Câmara Municipal acaba por se constituir como o ponto central ou chave da rede. Até porque a Rede Social de Esposende apresenta uma fraca participação da maioria dos seus membros, em todos os sentidos, desde o planeamento à execução e participação. Como acima foi descrito, menos de metade dos membros participam nos plenários do CLAS e, após a adesão à rede, a grande maioria não fruíram nem promoveram qualquer atividade no contexto da rede. A adesão à Rede Social pressupõe uma missão conjunta que por poucos membros é assimilada: a promoção do desenvolvimento social local.

Como foi acima descrito, as redes distinguem-se de acordo com três categorias: redes temáticas, redes regionais e redes organizacionais (Cunha, 2007). As descrições do Programa Rede Social identificam-no enquanto uma rede com características regionais. Porém, no caso da Rede Social de Esposende, verifica-se que esta se caracteriza por elementos das três categorias. Na Rede Social de Esposende existe um espaço em que a rede regional conduz a estrutura plenamente. No entanto, numa observação da prática quotidiana, nota-se que muitas vezes a rede se divide numa rede temática e organizacional, onde as IPSS's trabalham isoladamente no eixo "Envelhecimento ativo" estipulado no Plano de Desenvolvimento Social. Este facto caracteriza-se não só pela união temática em redor

da população idosa, mas também por todas se representarem por Organizações do Terceiro Setor.

V. Diagnóstico Social de Esposende

5.1. Construção

A elaboração do Diagnóstico Social de Esposende foi definida como uma das ações propostas no objetivo “planear a intervenção”, nomeado no Plano de Ação do ano de 2014 da Rede Social de Esposende. Segundo esse plano, a execução deste documento foi atribuída ao Núcleo Executivo do CLAS e deveria ser concretizada pelos sete membros, anteriormente previstos.

Nesta ordem de ideias, aquando do início deste estágio, ficou determinado que a minha participação e colaboração passaria pela construção de um Diagnóstico Social do concelho. Sem significativas orientações para a sua construção, foi referido que este diagnóstico deveria contemplar toda a informação que fosse possível assinalar, recolher e apresentar a nível concelhio, num prazo máximo de 3 a 4 meses de trabalho. Perante a ausência de uma equipa multidisciplinar e da colaboração de outros membros do Núcleo Executivo, o diagnóstico foi contemplado pelo Serviço da Ação Social da Câmara Municipal de Esposende. Deste modo, o processo da elaboração do referido documento decorreu no contexto deste estágio.

Sendo um diagnóstico social um instrumento de planeamento que retrata a realidade social, deve portanto “recompilar, sistematizar e objetivar a informação (...) que ajuda a identificar os problemas, a definir as necessidades, a conhecer os recursos, as potencialidades e os obstáculos existentes” (Atouguia, 2010). Assim, de forma a concretizar o objetivo definido pela Câmara Municipal de Esposende, dentro do tempo determinado e com as respetivas condições, começou-se por procurar um nexo para a elaboração do documento, ensaiando-se a definição de uma base estrutural de trabalho onde se elucidava quais seriam os pontos-chave que o diagnóstico alcançaria.

Seguindo a ordem de ideias proposta pelo Programa Rede Social, a identificação exploratória dos principais problemas e recursos locais constituiu-se na primeira fase da construção do diagnóstico de Esposende. Contudo, esta fase concretizou-se parcialmente através de uma análise documental aos anteriores Diagnósticos Sociais de Esposende e às

seguintes atualizações, a exemplares de diagnósticos de outras redes sociais concelhias e através da identificação dos dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística (INE) e respeitantes ao concelho e às suas freguesias. Após a verificação da informação que era ou não possível recolher para o documento, percebeu-se que a única fonte com a qual poderíamos contar era, efetivamente, o INE e algumas outras instituições da Administração Pública que disponibilizavam dados online. Apesar de se terem oficializados pedidos de informação a diferentes membros da Rede Social de Esposende, como a Segurança Social, o Centro de Saúde de Esposende, e a não-membros, como o Instituto da Droga e da Toxicoddependência, nenhuma resposta foi recebida. A Comissão e Proteção de Crianças e Jovens e o serviço de Habitação da Câmara Municipal foram as únicas estruturas que forneceram os dados solicitados, explicando-se este facto pela proximidade física entre os serviços, que atuam todos no mesmo edifício.

A abordagem definida para a orientação do diagnóstico foi a combinação de duas estratégias, o que incluiu uma abordagem setorial e territorial. Foi portanto preferida uma orientação a partir das problemáticas setoriais e, de igual modo, uma abordagem territorial uma vez que, sempre que possível, os indicadores foram desagregados ao nível de freguesia, permitindo uma compreensão integrada dos problemas.

Os aspetos apontados que serviram de base ao desenvolvimento da estrutura do diagnóstico foram os referidos pelo Núcleo da Rede Social do IDS². Porém, com a evolução da construção do documento verificou-se que nem todos os aspetos previstos seriam possíveis de retratar devido ao conjunto de condições disponíveis para a respetiva elaboração.

Os únicos aspetos previstos e concretizados foram a caracterização do contexto local, a identificação e caracterização dos problemas e as possíveis causalidades (apenas quantitativamente), procedendo-se a uma análise evolutiva dos problemas. Parcialmente atingido foi o ponto da identificação dos recursos e das potencialidades que se mostram disponíveis e mobilizáveis para a resolução dos problemas.

Os aspetos que foram deixados para trás no decorrer da elaboração foram os seguintes: a identificação dos intervenientes, representações e expectativas de resolução

² Aspetos referidos na página 14.

dos problemas; o levantamento das ações e projetos já desenvolvidos no terreno para a resolução de problemas; a identificação de informações sobre necessidades sociais; a análise, articulação e interpretação das informações e a definição de prioridades.

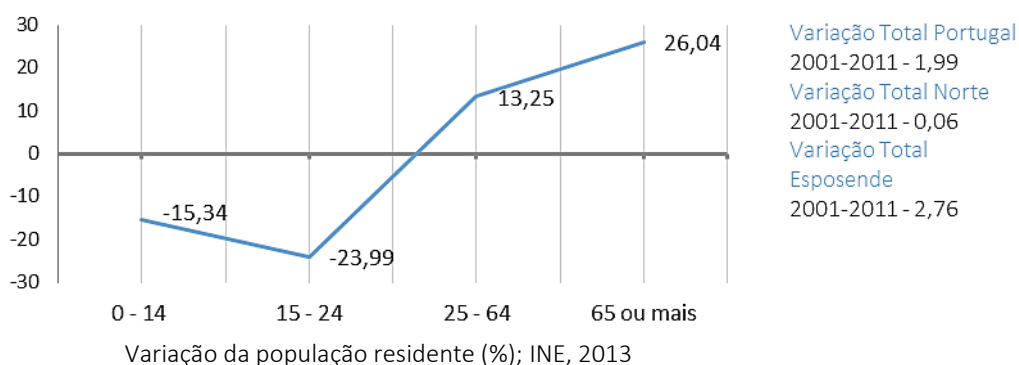
Numa segunda fase procedeu-se à recolha de informação de dados quantitativos. No início foi feito um exaustivo levantamento dos dados disponibilizados pelo INE. Depois de já ter em mão os dados recolhidos, conclui-se que o seu volume impossibilitaria o tratamento de todos. Assim, procedeu-se a uma nova seleção dos indicadores mais adequados aos objetivos do documento. A maioria dos dados acessíveis através do INE decorriam dos resultados finais dos Censos de 2011. Porém, outros foram pesquisados. Para além dos censos, o INE publica regularmente nos seus Anuários Estatísticos, cuja informação é desagregada a nível do concelho (NUT IV), bem como outros dados acessíveis através da sua plataforma online. Por isso, sempre que possível procedeu-se à utilização dos indicadores mais recentes (por vezes dos censos, outras vezes dos anuários). Alguns dados relativos à saúde foram retirados de publicações da Administração Central de Saúde do Norte e alguns dados relativos ao desemprego foram obtidos no sítio do IEFP na internet. O sítio da Pordata³ foi também utilizado esporadicamente, como por exemplo, nos indicadores relativos à escolaridade da população.

Na fase do tratamento da informação procedeu-se à separação dos dados por áreas de identificação e, posteriormente, à construção de novas tabelas em que estivessem incluídos apenas os dados do concelho de Esposende e das suas freguesias. A partir destas tabelas foram elaborados gráficos de barras, gráficos de colunas, gráficos de linhas e gráficos circulares, que foram selecionados adequadamente, de acordo com os dados estatísticos e com a imagem que se pretendia transmitir.

³ A PORDATA é uma base de dados de Portugal Contemporâneo gerida pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, que mantém toda a informação quantitativa disponível na internet, disponível a qualquer pessoa. Com estatísticas oficiais e certificadas, toda a sua informação provem de entidades oficiais e está gratuitamente disponível. Disponível em: <http://www.pordata.pt/>

Exemplo de um gráfico e tabela representados no diagnóstico:

Fig. 4 - População residente-Variação entre 2001 e 2011 (%)



Local de residência	Taxa de crescimento natural (%)										
	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
Portugal	-0,17	-0,06	-0,04	-0,05	-	-0,01	0,03	0,02	0,07	0,04	0,08
Norte	-0,12	0	0,02	0,03	0,09	0,07	0,13	0,13	0,19	0,18	0,26
Esposende	0,08	0,27	0,16	0,22	0,37	0,30	0,29	0,32	0,35	0,32	0,58

Tabela 5 – Taxa de crescimento natural (%); Anual; INE, 2013

A metodologia aplicada no diagnóstico social foi a análise quantitativa e, assim, após a elaboração de todas as tabelas e gráficos necessários à perceção das características sociais, económicas e culturais concelhias, começou-se por descrever o mais breve possível todos os indicadores quantitativos selecionados, recorrendo a comparações quantitativas e evolutivas entre anos, entre freguesias e com a região Norte e a realidade nacional.

Numa descrição mais específica, o Diagnóstico Social de Esposende divide-se em duas fases, uma explicativa do que é a Rede Social e o papel de um diagnóstico social e outra numa extensa caracterização quantitativa do concelho. Nesta linha de orientação o Diagnóstico contempla uma caracterização territorial, demográfica e económica, abrangendo ainda o campo da educação, da habitação, da cultura, da saúde, da segurança, do ambiente e da ação e proteção social dos cidadãos do município. Dividindo-se da seguinte forma:

Introdução	2.11 Outros indicadores
1. Enquadramento da Rede Social	3. Síntese
1.1 A rede social	4. Bibliografia
1.2 Diagnóstico de Esposende	Anexos
2. Caracterização do concelho de Esposende	I - Tabelas e Gráficos
2.1 Território	1. Demografia
2.2 Demografia	2. Economia
2.3 Atividades económicas e desigualdade	3. Habitação
2.4 Habitação	4. Educação
2.5 Educação	5. Ação e Proteção Social
2.6 Ação e Proteção Social	6. Saúde
2.7 Saúde	7. Segurança
2.8 Segurança	8. Cultura
2.9 Cultura, Cidadania e Turismo	9. Ambiente
2.10 Ambiente	II - Glossário
	III - Classificação das Atividades Económicas - CAE-Rev.3

No subcapítulo “Território” apresentam-se indicadores do território de Esposende enquanto espaço físico, como a sua inserção regional e no território nacional, a sua área total, perímetro, temperatura média, os rios que o travessam, principais acessibilidades, a caracterização do solo e a sua altitude, a caracterização da sua área protegida, a caracterização das praias. A organização administrativa do concelho foi também abordada neste ponto, atendendo à superfície de cada freguesia e à nova reorganização administração.

O subcapítulo “Demografia” apresenta a mais extensa parte do diagnóstico. Nesta parte são apresentados indicadores como: densidade populacional; população residente por faixa etária; variação da população residente; população presente; proporção da população por freguesias; índice de envelhecimento; índice de longevidade; taxas brutas de natalidade e mortalidade; índice de potencialidade; taxa de crescimento efetivo e crescimento natural; saldo migratório; índice de dependência dos jovens, idosos e total; índice de sustentabilidade; estado civil da população; número de casamentos celebrados e forma de celebração; taxa bruta de divórcio; proporção de casamentos dissolvidos por causa; número de famílias e núcleos familiares; núcleos familiares monoparentais; dimensão média das famílias; entre outros. Sempre que possível todos estes dados foram apresentados a nível de freguesia e por faixas etárias.

O subcapítulo “Atividades económicas e desigualdade” apresenta os principais indicadores: população residente perante atividade económica; população ativa empregada e desempregada; população empregada por grupos de profissões e por ramo de atividade; população inativa; local de trabalho/estudo da população; situação na profissão; número de patrões/empregadores; proporção de profissionais socialmente mais valorizados; taxa de desemprego; proporção de desempregados por nível de escolaridade; disparidade no ganho médio mensal entre sexos; ganho médio mensal; população residente a cargo da família; poder de compra *per capita*; fator dinamismo relativo ao poder de compra; número de empresas; densidade de empresas; volume de negócios das empresas; número de dissoluções e constituições de pessoas coletivas e entidades equiparadas; produção agrícola familiar; número de produtores agrícolas; valor de importações e exportações; taxa de depósitos dos emigrantes; crédito à habitação; taxa de crédito à habitação; crédito hipotecário concedido a singulares por habitante; entre outros.

O subcapítulo da “Habitação” contempla indicadores como: número de alojamentos familiares e forma de ocupação; proporção de edifícios construídos; densidade de alojamentos; índice de lotação; proporção de alojamentos com e sem instalação de banho; proporção de alojamentos com e sem água canalizada; número de alojamentos por tipo de instalação sanitária; proporção de alojamentos do próprio com encargos; encargo médio mensal por aquisição de habitação própria; alojamentos clássicos arrendados segundo o escalão de renda; alojamentos clássicos propriedade dos ocupantes segundo escalão e encargo; indicadores quanto às habitações sociais; outros.

No que se refere ao subcapítulo “Educação”, encontram-se indicadores como: população por nível de escolaridade completo e atingido; número de analfabetos com mais de 10 anos; taxa de analfabetismo; taxa de abandono escolar; taxas brutas de pré-escolarização, ensino básico, ensino secundário; taxa de participação em cursos profissionais do ensino secundário; taxa de participação em cursos de dupla certificação; taxa de retenção e desistência do ensino básico regular; taxa de transcrição/conclusão no ensino secundário regular; proporção da população residente com o ensino superior; áreas do ensino superior mais representadas; média de alunos do ensino básico por computador e por computador com ligação à internet; número de alunos por estabelecimento de

educação; número de escolas da rede pública por tipo de estabelecimento; indicadores relativos à rede privada de ensino no concelho; outros.

Relativamente ao subcapítulo “Ação e proteção social” referem-se os indicadores expostos: número de pensionistas da segurança social total e por 1000 habitantes em idade ativa número de beneficiários do rendimento social de inserção total e por 1000 habitantes em idade ativa; valor médio das pensões; número de pensionistas por tipo de pensão; número de beneficiários com principal meio de vida o rendimento social de inserção; número de beneficiários com principal meio de vida o subsídio de desemprego; número de beneficiários das principais prestações familiares; dados relativos às Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho e à CPSJ.

No subcapítulo da “Saúde” reconheceu-se os seguintes indicadores: número de consultas médicas e pessoal ao serviço nos centros de saúde; número de médicas/os e enfermeiras/os por 1000 habitantes; número de farmácias e postos farmacêuticos por 1000 habitantes; taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e taxa de mortalidade por tumores malignos; taxa quinquenal de mortalidade infantil; indicadores relativos às dificuldades motoras; números quanto aos recursos de saúde no concelho; outros.

No subcapítulo da “Segurança” apresentam-se indicadores como: taxa de criminalidade; taxa de criminalidade por categoria de crime; número de crimes registados; número de acidentes de viação com vítimas e tipo de acidente; número de acidentes com mortes; índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas; indicadores relativos a incêndios, bombeiros e a justiça.

No que se refere à “Cultura, Cidadania e Turismo” referiram-se indicadores como: religião da população com 15 ou mais anos; proporção de casamentos católicos; proporção da utilização do automóvel nas deslocações; consumo de combustível; taxas de abstenção nas eleições; vários indicadores no campo da hotelaria/turismo; proporção de hóspedes estrangeiros; identificação dos recursos culturais no concelho.

Relativamente ao subcapítulo “Ambiente” indicou-se os seguintes indicadores: dados relativos ao abastecimento de água, resíduos urbanos recolhidos e recolhidos seletivamente por habitante; proporção de resíduos recolhidos seletivamente; número de consumidores de energia elétrica por tipo de consumo; consumo de gás natural; e

indicadores relativos aos Planos Municipais de Ordenamento do Território e Planos Especiais de Ordenamento do Território aprovados.

Por fim, no subcapítulo “Outros indicadores” são referidos dados como: número de habitantes por estações de correio; número de habitantes por postos de correio; número de postos telefónicos residenciais por 100 habitantes.

No capítulo 3 encontra-se uma síntese dos dados que revelaram maior importância na leitura do diagnóstico elaborado. Assim, as especificidades demográficas, sociais e económicas que demarcaram positiva ou negativamente neste documento foram reunidas e expostas sinteticamente.

5.2. Importância atribuída

No processo de elaboração do Diagnóstico Social de Esposende constatou-se que existia por parte da Câmara Municipal de Esposende uma urgência no desfecho do documento, facto que vai de encontro às razões que decretam uma menor eficácia destes documentos, assinaladas por Isabel Guerra (2002) e acima descritas.

Com o Plano de Desenvolvimento Social 2008-2013 a terminar, tornava-se necessário começar a definir uma nova fase de planeamento, de acordo com as indicações do Programa Rede Social. Assim, percebeu-se que para os técnicos da Câmara Municipal que trabalham (nunca exclusivamente) na Rede Social existia a necessidade de construir este instrumento de planeamento, principalmente devido aos procedimentos definidos pelo Programa Rede Social.

A valorização do diagnóstico elaborado neste estágio reflete-se de certo modo na realidade acima prevista, isto é, o necessário desfecho de um documento de composição obrigatória segundo as regulamentações do Programa Rede Social. Verificou-se, portanto, que quando o diagnóstico estava encaminhado, prestes a tomar o rumo da análise crítica, não foi possível passar à identificação/definição de problemas e prioridades e à hierarquização dos problemas e projeção de soluções possíveis, devido à falta de meios para tal.

Nesta ordem de ideias, esta constatação confirma-se através de vários factos como: o prazo curto para a elaboração; a não definição de estratégias; não definição de equipa

multidisciplinar; a falta da convocação do Núcleo Executivo para trabalhar na preparação, elaboração e finalização do documento; a impossibilidade de uma análise detalhada, comparativa, crítica e construtiva no sentido de alcançar os objetivos perspectivados num diagnóstico, por falta de recursos humanos; entre outros.

5.3. Pontos fracos e fracas

O Programa Rede Social sugere que um diagnóstico pressupõe uma análise e interpretação dos problemas e uma definição das prioridades. Todavia, este ponto não foi alcançado na elaboração do documento em função deste estágio. Apenas foram caracterizados e descritos os indicadores selecionados inicialmente, recorrendo sempre que possíveis a comparações temporais e territoriais, deixando de lado a análise e prospetiva de evoluções futuras.

Deste modo, o diagnóstico não contempla um retrato qualitativo da comunidade do concelho pois a própria população não contribuiu de modo algum na construção e apreciação do documento. Para além disso, as entidades parceiras da Rede Social de Esposende não foram chamadas a colaborar, de modo a incorporar dados seus no trabalho que estava a ser desenvolvido. Esta situação explica-se pelo facto de não ter sido planeada a construção de um diagnóstico social por esses meios, acabando por não se constituir num documento participativo. Como já acima foi referido, algumas entidades foram convocadas para a cedência de dados quantitativos necessários, contudo, não se obteve resposta de nenhuma das partes.

Este diagnóstico assemelha-se ao modelo de um pré-diagnóstico. Como foi descrito, um pré-diagnóstico contém uma análise dos principais problemas e necessidades, assente na informação passada pelos parceiros e na recolha das informações já existentes. Assim, um pré-diagnóstico apresenta os instrumentos de recolha e um tratamento dessa informação selecionada. Pela anterior descrição do documento produzido no âmbito deste estágio, é possível constatar que este instrumento revela maioritariamente semelhanças com a estruturação e objetivos de um pré-diagnóstico. Nesta ordem de ideias, estariam agora reunidas condições para seguir para a próxima fase de planeamento social, conforme

as indicações correntemente propostas pelo Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social (2001, 2002).

No que concerne ao conteúdo das áreas perspectivadas do diagnóstico assinalam-se alguns pontos fracos. Verifica-se que a amplitude dada a cada dimensão variou conforme a disponibilidade dos dados, tal como o capítulo da “Demografia” e “Atividade Económica”. A enorme oferta de indicadores nessas áreas, em conjunto com a vontade de elaborar um trabalho abrangente e completo, levou a que o documento se perdesse em demasia em dados demográficos e económicos, deixando que outras dimensões se esvanecessem. Assim, confirma-se que a estruturação e construção do documento se pautou pela disponibilidade e amplitude dos dados encontrados. Como exemplo surge o subcapítulo da “Cultura”, na qual a informação conseguida foi diminuta para a importância que deveria ter sido dada neste campo. Como se torna possível averiguar, este diagnóstico é demarcado pela extrema dependência da análise documental e das fontes externas ao concelho e aos seus organismos (como o IAFP, entre outros).

Considerando as falhas identificadas por Paula Atouguia (2010), o Diagnóstico Social de Esposende reflete de igual forma uma certa quantidade de problemas. Tal como nos diagnósticos da Grande Lisboa analisados pela autora, o diagnóstico elaborado neste estágio encontra problemas relativamente à fase da produção de informação, na falta de informação previamente tratada para o diagnóstico e na não adequada seleção da informação.

Ao nível da gestão da informação, Esposende assemelha-se na inconstante temporalidade da atualização dos diagnósticos, na falta de informação para apoio à tomada de decisão e acompanhamento de processo, mas também em todos os restantes problemas assinalados por Paula Atouguia (2010).

Quanto aos obstáculos organizacionais, foi possível identificar no caso descrito, a ausência de uma perceção relativamente à importância do trabalho em parceria. Exemplificadamente, através da inexistência de uma conceção de trabalho em cooperação, à falta de habilitações para o trabalho em rede e, subsequentemente, a produção de documentos de planeamento. Estes são os obstáculos que comumente afetam as

instituições e que muito dificilmente serão ultrapassados devido aos problemas que ocorrem nas organizações do terceiro sector.

Um bom diagnóstico social requer o levantamento de dados em fontes múltiplas, o alcance de várias técnicas de investigação quantitativa e qualitativa, a existência de cruzamento de dados, a participação de vários atores concelhios, como a população e dirigentes associativos, uma análise capaz de estabelecer prioridades aos problemas anteriormente assinalados, identificação de potencialidades de desenvolvimento e dinâmicas locais, entre outros. Nada do que foi descrito foi retratado neste documento, tirando-lhe de certo modo o seu sentido enquanto instrumento multifacetado de planeamento integrado nos objetivos do Programa Rede Social.

Enquanto ponto forte surge em primeiro plano a seguinte constatação: o diagnóstico produzido revelou-se não só um retrato quantitativo da realidade social pressuposta pelo Programa Rede Social, mas também um documento de apoio às mais vastas áreas que requerem planeamento sociodemográfico. A sua amplitude genérica permite uma visão rápida mas concisa da realidade do concelho de Esposende.

VI. A Rede Social e o Diagnóstico Social: teorias e experiências

Cristiano Heckert e Márcia Silva (2008) explicam que a articulação das redes pode trazer grandes benefícios as organizações da sociedade civil. Todavia o Terceiro Sector apresenta certas especificidades que devem ser abordadas de maneira adequada durante a constituição de uma rede. Para conseguir alcançar os objetivos pretendidos é necessário entender o que distingue o Terceiro Sector dos órgãos públicos e das empresas no mercado. Na gestão das redes sociais do Terceiro Sector devem ser adotados modelos de administração próprios e adaptados, para assim se adequarem às suas necessidades. Este facto reflete um dos grandes desafios que o Programa Rede Social terá de enfrentar, isto é, a capacidade de adaptação dos modelos de administração ou gestão propostos pela equipa central à realidade local e às suas especificidades e necessidades. O Programa Rede Social prevê o desenvolvimento social local e prepara metodologias, instrumentos e orientações para que as redes locais consigam alcançar o desenvolvimento. Não obstante, no caso do concelho de Esposende, verifica-se que não tem sido possível uma real aplicação das diretrizes do Programa proposto devido às especificidades das condições e recursos locais. Porém, a Rede Social de Esposende tem vindo a tentar encontrar possibilidades de repercussão adaptadas às condições locais, como por exemplo, a coordenação assumida pela autarquia na rede, excedendo os seus deveres enquanto membro obrigatório, e o recurso à consultoria externa para elaboração de documentos oficiais do CLAS.

Sendo que o desenvolvimento local ganha força quando é associado às dinâmicas que originam desigualdades sociais, a solução não passa por investir em sistemas de soluções alcançadas em outros locais. A emersão do local configura-se essencial à transformação social, que deve passar pela reconstrução de identidades e pela geração de “novas esferas públicas” (Silveira, 2001:1). O Programa Rede Social surge como uma tentativa de implementar novas formas de intervenção, pensadas a nível local e pelos atores de cada local. No entanto, ao tentar implementar as suas medidas e visões, este Programa retira legitimidade à dinâmica local, impondo políticas, planos e metodologias definidos pela equipa central e pela Administração Central, como por exemplo, o Plano Nacional de Ação para a Inclusão. Deste modo, encarar o local como principal fator de desenvolvimento é

afastar-se da dominação global e da “paralisia crítica” a ela associada, isto é, afastar-se de pensamentos macro de grandes corpos coletivos. A sociedade em rede deve determinar-se como o “sentido analítico e prático do local como território de mudança estrutural nas formas de reprodução social” (Bocayuva *apud* Silveira, 2001:2).

Atualmente assiste-se à multiplicação de ações que se reproduzem em metodologias de desenvolvimento local com variações de flexibilidade, contudo suscetíveis de implementação nos mais diferentes locais (Silveira, 2001).

Caio Silveira (2001:6) refere ser importante problematizar a “adequação das diferentes estratégias a diferentes contextos” uma vez que existem importantes diferenças entre retratos municipais de base rural e entre aqueles que se situam em áreas metropolitanas. Tal como o autor sugere, nota-se um esforço na Rede Social de Esposende para a adequação dos planos e medidas a nível local. No entanto, esta rede não consegue fugir às delineações do Programa Rede Social. A adequação nesta rede social varia consoante os recursos disponíveis da Câmara Municipal de Esposende e ao seu trabalho. A centralização do poder de dinamização está errada aos olhos do Programa estruturante, porém, se assim não fosse, possivelmente não existiria uma rede social no concelho nestes tempos. As entidades, que passam agora por tempos em que todos os seus recursos são canalizados para a sua própria sobrevivência, não entendem e atribuem a importância ao tempo dedicado ao trabalho em rede pode despertar. O fator assinalado pode conduzir uma rede ao fracasso e a uma menor eficácia, no entanto, a este podem ser adicionados outros fatores como: a volatilidade dos ciclos do poder local e a forte influência que os dirigentes têm sob uma entidade ou localidade, a dificuldade de conjugar instituições com culturas organizacionais e, ainda, a existência de métodos de trabalho muito distintos entre parceiros.

A missão social representa um ponto central nas organizações sem fins lucrativos, o que leva a que estas procurem aderir a redes no seio das quais as suas missões sociais sejam um ponto em comum, de modo a alcançar uma centralidade da missão (Heckert e Silva, 2008). Todavia, apesar da missão poder tornar-se num ponto em comum, a importância atribuída pode variar entre os membros da rede e, quanto maior for a

concentração dos propósitos, maior será a probabilidade da rede conseguir o sucesso. A formação de redes provoca no Terceiro Sector uma otimização das ações, funcionando como veículo de concretizar serviços mais eficientemente e ainda alcançar um maior número de beneficiários (Heckert e Silva, 2008). No caso da rede de Esposende, verificou-se que a missão focou-se amplamente no âmbito social e cívico, no ano de 2014. Esta é uma realidade comprovada no Plano de Ação 2014 onde estão planeadas ações no campo do envelhecimento ativo e da Loja Social Rede Solidária, e na caracterização da rede de Esposende, onde se verifica que a maioria dos parceiros é de cariz social. Apesar do seu funcionamento depender do papel da Câmara Municipal, verifica-se que as entidades que se vão posicionando, acompanhando e participando no decorrer das ações são na sua maioria os organismos da administração local, instituições de ensino, e as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

As abordagens admitidas pelas redes podem ser diferentes, uma vez que as intencionalidades das ações estão correntemente em sintonia com os contextos locais, que normalmente trabalham com as características envolventes ao território. Contudo, esta constatação torna débil o conceito de desenvolvimento social e a procura de modelos demarcatórios (Silveira, 2001). Para alcançar dinâmicas de desenvolvimento social é necessário compreender o ambiente local em questão uma vez que as diferenças proporcionam uma variedade de caminhos possíveis, facultando o próprio desenvolvimento local. Um fator de sustentabilidade dos processos de desenvolvimento social é a construção de identidades próprias, tendo em consideração o grau de horizontalidade de posição na rede e nas relações entre entidades (Silveira, 2001).

A sustentabilidade da Rede Social do concelho de Esposende não se mostra assegurada de forma alguma. Esta rede não apresenta nem uma lógica de horizontalidade entre entidades e posições de poder, nem uma identidade própria, uma vez que esta se associa quase unicamente à Câmara Municipal. Assim, poderemos questionar até que ponto estará a rede do concelho a produzir um desenvolvimento social de âmbito local e uma interação de trabalho em rede sustentável. Para que esta rede se defina com estes valores torna-se necessário perceber o ambiente local, as condições de trabalho das entidades

locais, a sua cultura organizacional e a interação da comunidade para o objetivo do desenvolvimento local. Com 12 anos de existência, a Rede Social de Esposende teve tempo suficiente para se tentar instalar de acordo com os princípios do Programa Rede Social, adaptando-se ao contexto local. As redes devem ser construídas e não atribuídas, tornando-se um processo no qual o elemento cognitivo deve ser associado aos elementos motivacionais. A força do desenvolvimento local está associada à ideia de redes, sendo que, esta perspectiva compreende que os determinantes e problemas locais não se irão resolver sozinhos, ou seja, o trabalho em rede promove a envolvimento entre a comunidade de cada lugar e a envolvimento de um lugar para com outro (Silveira, 2001).

Cássio Martinho (2001:2) explica que falar de redes é falar de “estruturas dinâmicas e indeterminadas” uma vez que as suas estruturas são autorreguladas, flexíveis e adaptativas. Para o autor as redes não apresentam nenhum ponto central, o que permite que qualquer membro de uma rede seja um meio de potencialidade, tornando-se fluidas e indefinidas. Contudo, como se tem vindo a entender, a própria definição institucional do Programa Rede Social impõe limites à estruturação das redes criadas à sua visão.

Nas redes sociais, a tradicional distribuição do poder não apresenta uma forma de pirâmide já que o poder não se apresenta concentrado, mas desconcentrado entre os parceiros das redes. Este pode ser o carácter que distingue as redes dos outros tipos de organizações pois em rede todos partilham o mesmo tipo e grau de poder (Martinho, 2001). Se formos capazes de compreender que a horizontalidade é parte integrante de uma rede, seremos porventura capazes de distinguir o que é uma rede e uma “pirâmide disfarçada” (Martinho, 2001:5). A rede social instalada no concelho de Esposende pode ser entendida como uma “pirâmide disfarçada”, como explicita o autor supracitado. Apesar do Presidente/Representante assinalar em CLAS que a Rede Social é um projeto comum de todos os membros, não se verifica uma real horizontalidade nesta rede. Contudo, este não é um problema que deve ser previamente atribuído às redes locais, como a rede de Esposende. O Programa Rede Social é o principal elemento a contribuir para que não se efetive uma horizontalidade nas redes. Ao determinar um Presidente do CLAS e elementos

obrigatórios no órgão de trabalho (Núcleo Executivo), o programa não permite que as redes sejam autorreguladas, flexíveis, adaptada e atuem numa lógica horizontal.

Se a horizontalidade do poder não for real e verdadeira, Cássio Martinho (2001:5) considera que o desenvolvimento local integrado e sustentável não será atingido a longo prazo, pois a ideia de empoderamento dos responsáveis é a “base do conceito de capital social”. Para o desenvolvimento ser influente e crescente é necessário democratizar o poder e disseminar a capacidade política, ampliar as bases de decisores e manter um ritmo de expansão contínua. Uma “estrutura tentacular” não é uma estrutura de funcionamento em rede pois, ao existir uma concentração de poder impossibilitará a existência de uma rede. A rede não deve ser entendida enquanto uma composição formal e um modo de organizar elementos em modo horizontal. É possível estar dispostos em rede e não estar necessariamente a funcionar em rede pois o que preenche a estrutura de uma rede é o modo como esta funciona (Martinho, 2001).

Para Cássio Martinho (2001:6), uma rede funciona em pleno quando reflete num “modo de operar que contemple, pressuponha e atualize a autonomia dos membros da rede” e que “faça da horizontalidade, da descentralização, do empoderamento e da democracia uma ética de operação”. Para o autor, nas redes não deve existir uma distinção entre as finalidades das políticas e os meios alcançados no seu empreendimento.

Como acima previsto, o Programa Rede Social supõe uma lógica de horizontalidade que choca constantemente com a cultura das organizações que predomina localmente. Sujeitos à “intra-institucionalidade e intra-sectorialidade” das organizações, torna-se difícil a implementação de uma Rede Social em pleno conceito. Como exemplos mais práticos, na avaliação feita pelo Centro de Estudos Territoriais (2005), foram revelados alguns fatores que compõe esta realidade, tais como: o não envolvimento de todos os dirigentes no que diz respeito à tomada de decisões; a administração pública e a respetiva concentração do poder que impossibilitam o envolvimento dos dirigentes locais e o seu compromisso com projetos e iniciativas.

Tem existido um esforço no que concerne à elaboração de documentos por parte das Redes Sociais constituídas formalmente no âmbito do Programa rede Social, verificando-

se que estas têm também exibido reflexões estratégicas que surgem a partir da construção dos instrumentos de planeamento (Centro de Estudos Territoriais, 2005). Porém, a elaboração de documentos como o diagnóstico choca facilmente com condicionalismos que, por sua vez, geram desmotivação e insatisfação. O Centro de Estudos Territoriais (2005), numa avaliação efetuada ao Programa Rede Social, chegou à conclusão de que isto tem vindo a acontecer devido à falta de formação quanto às metodologias de planeamento e devido às expectativas demasiadas altas quanto ao acompanhamento da equipa central do Programa.

Tal como temos vindo a verificar, várias são as substâncias que se pretendem alcançar com a constituição de uma rede social. Contudo, a sustentação de uma rede social por vezes não se processa tal como se pretende. Na Rede Social de Esposende, verifica-se que a generalidade dos membros são entidades que não têm possibilidades de manter uma participação ativa e corrente no dinamismo da Rede Social devido a vários fatores. A falta de recursos humanos, tempo disponível, recursos materiais e monetários, a falta de conhecimentos técnicos e metodológicos inerentes ao planeamento e execução de planos e por vezes, a falta de técnicos e dirigentes com atributos motivacionais, representam os principais obstáculos atribuídos às entidades.

Outra das instituições que apresenta discrepâncias relativamente ao que está previsto representar é o Centro Distrital de Braga do Instituto da Segurança Social. Segundo o Decreto-Lei nº115/06, o Instituto da Segurança Social, I.P. tem deveres obrigatórios perante o Programa Rede Social: a sua representação no CLAS e no Núcleo Executivo. Deste modo, enquanto membro efetivo do Núcleo Executivo competem-lhe os mesmos deveres que à Câmara Municipal (elemento obrigatório) e que os outros elementos integrantes eleitos. Assim, a elaboração de instrumentos de trabalho como o regulamento interno, deliberações, proposta de planos de ação, diagnóstico social, plano de desenvolvimento social, a coordenação técnica das ações, a montagem de um sistema de informação, a promoção de ações de formação, a gestão do trabalho da rede e do trabalho dos parceiros em contexto de rede, entre outros, competem de igual modo a esta entidade pública. Na realidade, o Centro Distrital de Braga do Instituto da Segurança Social não tem mantido uma participação na Rede Social de Esposende, ficando aquém do cumprimento dos seus

deveres, esclarecidos no Decreto-Lei nº115/06 (Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2006).

É neste sentido que o papel da Câmara Municipal de Esposende se torna evidente. Sem a sua intervenção, a Rede Social teria maior dificuldade em assegurar o seu desenvolvimento e continuidade de um trabalho de parceria entre a sociedade civil e os organismos públicos.

Considerações Finais

Existe uma necessidade de adequar os projetos de desenvolvimento social aos contextos sociais e culturais de nível local. A partir da territorialização da ação o Programa Rede Social propõe que exista uma metodologia assente numa análise conjunta dos problemas, recursos e redes de relações, para que assim se possam alcançar projetos de desenvolvimento integrados, participados e sustentados (Centro de Estudos Territoriais, 2005).

O Programa Rede Social estipula igualitariamente a sua construção interna, mesmo tendo a noção de que a constituição efetiva das redes manifesta diferenças associadas às especificidades do(s) local(ais). Assim, nos primeiros anos de existência, o Programa Rede Social dispunha de um conjunto de técnicos que acompanhava o desenvolvimento de cada uma, apoiando as mesmas a nível de metodologias e de planeamento estratégico, em todas as fases de implementação. Deste modo, com a perceção de que as equipas locais apresentam diferentes e específicas características e possibilidades de trabalho, compreende-se que estas assimilam e operacionalizam os princípios do Programa de diferentes formas. Os fatores que fazem com que o grau de assimilação do Programa varie entre casos são a disponibilidade e motivação dos atores sociais, dificuldade no domínio das técnicas, grau de adesão, entre outros (Centro de Estudos Territoriais, 2005). No caso de Esposende, os fatores que visivelmente bloqueiam o desenvolvimento e estruturação da Rede Social são o escasso tempo e indisponibilidade dos técnicos das entidades parceiras, a falta de motivação e sentido de pertença a um grupo, a falta de partilha de objetivos e falta de um técnico afeto exclusivamente à Rede Social.

Neste sentido, a Rede Social de Esposende tem-se adequado aos objetivos e planos do Programa Rede Social, porém, existem especificidades que o Programa requer e que a rede de Esposende não consegue acompanhar, como por exemplo, a construção de um Diagnóstico Social, com todas as características adjacentes à construção de um bom instrumento de planeamento. Perante a realidade assinalada, surge a seguinte questão: com planos, metodologias e regulamentações tão lineares e generalizadas a aplicar, como é possível alcançar um desenvolvimento local e um desenvolvimento sustentável se não

estamos a considerar as condições que cada local tem à disposição? Se um determinado local não apresenta condições e competências técnicas para desenvolver um determinado instrumento de planeamento, até que ponto os membros de uma rede social devem remediar a situação produzindo documentos medíocres e sem investimento futuro, com a finalidade de apenas rematar as direções do Programa Rede Social?

Segundo o Centro de Estudos Territoriais (2005), verifica-se uma dominação dos níveis hierárquicos superiores da Administração Pública e das lógicas de funcionamento verticalizado nas redes, que colidem com a lógica de subsidiariedade. Sendo o envolvimento dos técnicos e dirigentes das entidades parceiras limitado, as entidades acabam por se fechar internamente, não desenvolvendo interesse no trabalho em parceria. Na Rede Social de Esposende verifica-se que existe uma centralização do poder de coordenação e gestão da rede por parte da Câmara Municipal. Apesar de a Câmara Municipal apelar várias vezes ao envolvimento dos membros e assinalar em CLAS que a Rede Social é um projeto de todos os membros e deve ser responsabilidade de todos, a realidade é outra. Verifica-se que é o município que assegura o funcionamento do Programa Rede Social e, se assim não acontecesse, possivelmente não existiria uma rede social no concelho.

Perante o Decreto-Lei nº115/06, que determina as condições dos planos a serem implementados e seguidos, a presidência do CLAS é assegurada pelo Presidente da Câmara Municipal local, do mesmo modo que atribui a outros membros oriundos da Administração Pública, a contínua e obrigatória presença no CLAS e na constituição do Núcleo Executivo. Deste modo, como pretende o Programa Rede Social implementar um sistema igualitário de poder entre parceiros, mas atribui responsabilidades e dá um poder efetivo, prático e contínuo aos órgãos públicos locais, que se têm uma estreita ligação com a Administração Central?

Ao tentar objetivar um desenvolvimento local e sustentável percebe-se que se terá de alcançar, dar poder e atribuir responsabilidades principalmente às entidades que atuam com o objetivo do bem-estar social. Enquanto organizações sem fins lucrativos e com responsabilidades perante os seus públicos, é cada vez mais necessário demonstrar-lhe que o desenvolvimento do bem-estar local merece a sua atenção, tal como aos organismos públicos. Enquanto Organizações do Terceiro Sector, apesar de serem financiadas e criadas

com o objetivo da promoção social, os dirigentes associativos precisam de entender que a sua participação enquanto membros de uma rede social não se reflete na tutela que o Estado tem sobre as mesmas. Os objetivos destas entidades devem passar para além de empregar cidadãos e manter os postos de trabalho já há muito tempo criados, alcançando definitivamente uma responsabilização cívica pelo desenvolvimento social do território e percebendo que a sua participação nas redes sociais passa para além da subordinação ao poder do Estado.

Como se pode verificar as dinâmicas das redes podem variar de acordo com vários fatores, levando a vários níveis de desenvolvimento. Um apresentam-se mais dinâmicas, outras com adesões relativamente baixas, umas com redes de trabalho coexistentes e com recursos disponíveis, outras sem grandes possibilidades de trabalho comum. Nesta ordem de ideias, também se pode aplicar o desenvolvimento dos instrumentos de trabalho, ou seja, a capacidade que as redes apresentam ou não de construir documentos de apoio às ações. No caso de Esposende, verifica-se que a Rede Social não tem quaisquer condições de produzir os documentos que sustentam a rede, construídos a partir do Núcleo Executivo. Isto é, sendo a Câmara Municipal o principal e único motivador e dinamizador da rede, se esta não apresentar condições ou técnicos disponíveis para elaborar os planos, mais nenhuma entidade o fará. Assim, para que a Rede Social de Esposende possa acompanhar os planos regulamentadores do Programa Rede Social, é a Câmara Municipal de Esposende quem tem de assumir as responsabilidades, contratando serviços externos para a elaboração dos diagnósticos e planos de desenvolvimento. Ambos os documentos requerem um grande conhecimento metodológico e que muito tempo lhes seja dedicado. Não tendo nenhum técnico afeto única e exclusivamente à Rede Social, torna-se complicado para a Câmara Municipal abdicar de um técnico, orientando todo o seu trabalho para um fim que deve ser partilhado entre os membros do Núcleo Executivo.

A construção do diagnóstico em contexto deste estágio refletiu todo o estado desta rede. Nenhum membro do Núcleo Executivo se envolveu na elaboração do documento, nem sequer na cedência de dados necessários à sua construção, como foi o caso da Segurança Social e o Centro de Saúde de Esposende. A responsabilidade partilhada não está a ser assumida pois os membros não oferecem qualquer ajuda nem revelam interesse no trabalho

com a Rede. Assim, a Câmara Municipal, que se vê obrigada a assumir todas as responsabilidades, vai lidando com o seu papel e com o trabalho desenvolvido em contexto de rede, conforme as condições que vai dispor. Isto é, se as técnicas do Serviço de Ação Social puderem despende tempo no trabalho da Rede, é-lhes atribuído trabalho nesse sentido. Porém, quando a quantidade de trabalho do Serviço de Ação Social é excessivo, a Rede Social fica num plano secundário e a elaboração dos instrumentos vai-se arrastando até que surja uma oportunidade. Quando não existe qualquer possibilidade de trabalho neste âmbito, o Presidente do CLAS/Representante, assume a aquisição de serviços externos que proporcione a estabilização dos deveres da Rede Social perante o Programa Rede Social.

Assim, surgem questões como as seguintes: que redes sociais estão a ser construídas ou desenvolvidas? Qual é o estado real das redes sociais compostas durante a última década e em que fase nos encontramos após anos de existência? Enquanto rede, como nos sustentamos? Estaremos a efetivar todas as estruturas propostas pelo Programa Rede Social? Sem sim, quais são as reais repercussões? Sendo o principal fundamento do Programa o alcance de um desenvolvimento social local sustentável, até que ponto se conseguiu atingir ou progredir nesse sentido? No que se refere ao caso do concelho de Esposende, considero que após 12 anos de existência, chegou o momento de fazer uma reflexão conjunta entre todos os membros, com base em prévias análises e avaliações quanto ao estado atual da Rede. Essa análise avaliativa poderia servir de reflexão mas também de provocação, capaz de provocar discussões construtivas a partir das quais se perspetivem mudanças.

Para que o Programa Rede Social seja plenamente implementado, existem algumas barreiras a ser ultrapassadas. Segundo o Centro de Estudos Territoriais (2005), a prática e cultura organizacionais dominantes estão demasiado consolidadas para que se pretenda alcançar os impactos perspetivados na sua plenitude. Esta afirmação, que se apresenta enquanto facto preocupante, continua a fazer todo o sentido uma década depois, no que concerne ao caso específico da Rede Social de Esposende.

Referências Bibliográficas

Adulis, Dalberto (2002), “Da colaboração à parceria”. Página consultada em 20 de julho de 2014, disponível em: <http://www.rits.org.br>

Amaro, Rogério (2013), “Desafios de Proximidade e Participação”, Rede em Prática, Nº 9, março/junho de 2013. Instituto da Segurança Social, I.P.: Lisboa.

Atouguia, Paula (2010), “Políticas sociais territoriais e sistemas de informação para produção de diagnósticos sociais: o caso do programa Rede Social em Portugal”. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.

Ayres, Bruno (2002), “Redes organizacionais no Terceiro Setor – um olhar sobre suas articulações”. Rio de Janeiro. Página consultada em 20 de julho de 2014, disponível em: http://lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/redes_organizacionais_no_terceiro_setor.pdf

Castells, Manuel. (1999), “A sociedade em rede: A era da informação - economia, sociedade e cultura”. 6a. ed. Paz e Terra: São Paulo.

Castro, José (coord.) (2009), “Rede Social Desafios e Experiências de um Programa Estruturante”. Instituto da Segurança Social: Lisboa. Página consultada em 28 de julho de 2014, disponível em: http://www4.segsocial.pt/documents/10152/13341/rede_social_desafios_experiencias_programa_estruturante

Centro de Estudos Territoriais (2005), “Avaliação do Programa Rede Social - Relatório Síntese”. Instituto da Segurança Social, I.P.: Lisboa.

Conselho Local de Ação Social de Esposende (2009), “Regulamento Interno”. CLAS: Esposende.

Cunha, Eduardo (2007), “Entendendo Redes Sociais no terceiro setor”. Página consultada em 28 de julho de 2014, Disponível em: http://api.ning.com/files/IS6XIS05HIOfMCR8sTUAqi1h6UGnLd5U*rQU7b7Tnsz7wYWG2AUoPC4WWNWfBCkRHIuIcS4suf6ZvbK2dkkiWx0Z0sO97*Rr/ArtigoEntendendoRedesSociainoTerceiroSetor.pdf

Decreto-lei n.º 115/06 de 14 de Junho, Diário da República nº 114/2006 – I Série. Ministério do Trabalho e da Segurança Social: Lisboa.

Falconer, Andres Pablo (1999), “A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão”. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

Ferreira, Sílvia (2000), “As organizações do terceiro sector na reforma da Segurança Social”, comunicação apresentada na/o IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra: 17 a 19 de Abril.

Guerra, Isabel (2002), “Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das ‘novas políticas sociais’”. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, 47-74. Centro de Estudos Sociais: Coimbra.

Guerra, Isabel (2002), “Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Ação: O Planeamento em Ciências Sociais”. Principia: Estoril.

Heckert, Cristiano e Silva, Márcia (2008), “A formação de redes para o desenvolvimento do terceiro setor” in Brito, Paulo (orgs.). Jardim da cooperação: evangelho, redes sociais e economia solidária. Ultimato: Viçosa.

Hespanha, Maria José, Hespanha, Pedro (2011), “O papel das redes sociais nas políticas sociais. O caso da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados” in Portugal, Sílvia, Martins, Paulo (orgs.). Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais. Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra.

Hespanha, Pedro (2008), "Políticas Sociais: novas abordagens, novos desafios", Revista de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Brasil, 39, 1, 5-15.

Leal, António da Silva. (1985), “As políticas sociais no Portugal de hoje”, in Análise Social, vol.XXI; Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa: Lisboa.

Martinho, Cássio (2001), “Algumas palavras sobre rede”. Página consultada em 28 de julho de 2014, disponível em:

http://www.observatoriosocial.org.br/arqmorto/peas/arquivos/Algumas_palavras_sobre_redes.pdf

Núcleo da Rede Social (2002), "Plano de Desenvolvimento Social". Instituto para o Desenvolvimento Social: Lisboa. Página consultada em 28 de julho de 2014, disponível em: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13341/plano_desenvolvimento_social

Núcleo Rede Social (2001), "O Programa Rede Social". Instituto para o Desenvolvimento Social: Lisboa. Página consultada em 28 de julho de 2014, disponível em: http://www4.segsocial.pt/documents/10152/13341/programa_rede_social

Pinto, Áureo, Junqueira, Luciano (2009), "Relações de poder em uma rede do terceiro setor: um estudo de caso" *in* Revista de Administração Pública - RAP, vol. 43, n. 5, 1091-1116. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas Brasil.

Portugal, Sílvia (2007), "Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica", *Oficina do CES*, 271. Coimbra.

Portugal, Sílvia (2012), "Redes Sociais" *in* Dicionário da Crise e das Alternativas. Almedina: Coimbra.

Portugal, Sílvia. (2006), "Novas Famílias, Modos Antigos: As Redes Sociais na Produção de Bem-Estar". Tese de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra: Coimbra.

Resolução do Conselho de Ministros 197/97, de 18 de Novembro de 1997 – Criação do Programa Rede Social. Página consultada em 28 de julho de 2014, disponível em: http://www2.segsocial.pt/preview_documentos.asp?r=8337&m=PDF

Silveira, Caio (2001), "Miradas, métodos, redes: o desenvolvimento local em curso" *in* Silveira, Caio, Reis, Liliane da Costa (orgs.). Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro Rede DLIS, 2001.